

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO MARANHÃO

Francarlos Diniz Ribeiro

**“MEMÓRIA COLETIVA DA CIDADE REBELADA”: A GREVE DE 51 NA
MEMÓRIA DOS CIDADINOS**

São Luís
2006

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DO MARANHÃO

Francarlos Diniz Ribeiro

**“MEMÓRIA COLETIVA DA CIDADE REBELADA”: A GREVE DE 51 NA
MEMÓRIA DOS CITADINOS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em História do Maranhão, da Universidade Estadual do Maranhão, para obtenção do título de Especialista em História do Maranhão.

Orientador Prof. Msc. Paulo Roberto Rios Ribeiro

São Luís
2005

Ribeiro, Francarlos Diniz.

“Memória coletiva da cidade rebelde”: a greve de 51 na memória dos cidadãos.
Francarlos Diniz Ribeiro. – São Luís, 2005.

60 f.

Monografia (Especialização em História do Maranhão) – Universidade Estadual
do Maranhão, 2005.

1. Memória coletiva 2. Política 3. História do Maranhão 4. Cidade

I. Título

CDU: 323.264 (812.1) (091)

**“MEMÓRIA COLETIVA DA CIDADE REBELADA”: A GREVE DE 51 NA
MEMÓRIA DOS CIDADINOS**

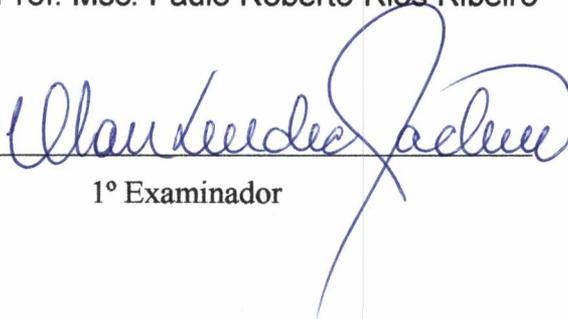
Francarlos Diniz Ribeiro

Aprovado em 07/01/2006

BANCA EXAMINADORA



Orientador Prof. Msc. Paulo Roberto Rios Ribeiro



1º Examinador

2º Examinador

À minha mãe, Maria de Fátima, mulher forte e guerreira, que nunca se abateu ante aos desafios da vida, ao meu pai Francisco Pedro e ao meu irmão Élber.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por iluminar meu caminho nas dificuldades encontradas.

Ao Prof. Msc. Paulo Roberto Rios Ribeiro, pela orientação segura, apoio e dedicação, visto que seu empenho foi fundamental para a elaboração deste estudo.

Aos professores do Curso de História, que contribuíram sobremaneira em minha formação acadêmica e humana.

Às pessoas que foram entrevistadas, pela valiosa colaboração na elaboração deste trabalho.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a elaboração deste trabalho monográfico.

“Ao reconstruir a relação entre tempo e memória a partir da memória coletiva, é a partir de suas representações que os indivíduos percebem o passado, ao passo que conseguem ‘negocia-lo’ com a história. A história é uma compilação dos fatos que ocupam o maior espaço na memória humana e um dos seus objetivos pode ser exatamente o de ‘lançar uma ponte’ entre o passado e o presente, e restabelecer essa continuidade interrompida”.

Halbwachs

RESUMO

Estudo acerca as visões dos mais variados setores acerca da Greve e em que nível se deu a participação dos mesmos no movimento paredista. Esta visão engloba o envolvimento de diversos atores sociais, provindos do empresariado, das classes médias, estudantes, políticos, trabalhadores assalariados, com aspectos de multidões permanentemente mobilizadas. Neste movimento paredista, os manifestantes se aglomeravam diariamente no Largo do Carmo, das seis horas até as vinte e duas horas. Este trabalho visa analisar as várias visões da "Greve de 51" e a maneira como se deu a participação dos mais variados segmentos da sociedade ludovicense, reconstruindo os fatos através de relatos, demonstrando visões, ambientes, até os momentos desconhecidos da historiografia maranhense. Este acontecimento histórico representou uma grande mobilização popular na cidade de São Luís, entre os meses de fevereiro a outubro de 1951, que teve como desdobramentos principalmente a paralisação das atividades econômicas da capital maranhense.

RESUMEN

Estudio acerca de las visiones de los sectores más variados referentes a la huelga y cuando sea llano si dio a participación igual unos en el movimiento del paredista. Este arroja de la visión el envolvment de agentes sociales diversos, viene del empresariado uno, las clases medias, salario-ganando a estudiantes, políticos, trabajadores, con aspectos de las multiplicidades movilizadas permanentemente. En este movimiento del pausa, los manifestants si está aglomerado diariamente en la plaza del Carmo, de las seis horas hasta las veinte y dos horas. Este trabajo tiene como objetivo para analizar el algún visões "de la huelga 51 de" y de la manera como si diera la participación de los segmentos más variados de la sociedad del ludovicense, reconstruyendo los hechos con las historias, demostrando visões, ambientes, hasta los momentos desconocidos del historiografía del maranhense. Este acontecimiento histórico representó una gran movilización popular en la ciudad de São Luís, incorpora los meses de febrero el octubre de 1951, ese la parada de las actividades económicas del capital del maranhense tenía como consecuencia elemental la paralización de las actividades económicas de la capital maranhense.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	08
1 Introdução	09
2 Memória como teia da construção histórica.....	17
3 A memória dos cidadãos.....	22
3.1 São Luís durante a “Greve de 51”	22
3.2 Os setores populares e a “Greve de 51”.....	26
3.3 As elites e a “Greve de 51”.	49
4 Considerações Finais.....	55
5 REFERÊNCIAS.....	57

LISTA DE SIGLAS

PST – Partido Social Trabalhista

PR – Partido Republicano

PSD – Partido Social Democrático

PSP – Partido Social Progressista

PL – Partido Libertador

UDN – União Democrática Nacional

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCB – Partido Comunista Brasileiro

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

TRE - Tribunal Regional Eleitoral

S.A.E.L.T.P. A - Serviço de Água, Esgoto, Luz, Tração e Prensa de Algodão

REFFESA - Rede Ferroviária Federal S/A

ACM - A Associação Comercial do Maranhão

1 Introdução

Este trabalho parte, inicialmente, das várias visões historiográficas sobre a “Greve de 51” e da maneira como se deu a participação dos mais variados segmentos da sociedade ludovicense (políticos, empresários, trabalhadores, mulheres e estudantes) reconstruindo os fatos através de relatos, demonstrando visões, ambientes, até o momento desconhecidos da historiografia maranhense.

Antes de adentrarmos na “Greve de 51” propriamente dita, é importante contextualizar alguns fatos que envolveram as eleições gerais de 1950 no Maranhão. O ano de 1950 foi marcado, em toda a capital maranhense, por uma ampla e movimentada disputa pelo pleito eleitoral, que se realizaria a 03 de outubro. Isto por que estavam para ser escolhidos os representantes na esfera estadual - Governador, Senador e Deputados - além de estar em jogo a escolha para a sucessão presidencial. Concorreu ao cargo de governador, o ex-prefeito da cidade de Caxias, Eugênio Barros, pelo Partido Social Trabalhista - PST, apoiado pelo então senador Vitorino Freire. Saturnino Bello (mais conhecido por Satu Belo), vice-governador e ex-interventor, foi candidato por uma aliança partidária denominada *Oposições Coligadas*, que reunia o Partido Social Democrático - PSD, o Partido Republicano - PR, o Partido Social Progressista - PSP, o Partido Libertador - PL, a União Democrática Nacional - UDN e o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB.¹

Segundo relato de Reginaldo Telles, vereador de São Luís, no período em estudo, as “Oposições Coligadas” se organizaram para a campanha de 1950 da seguinte maneira:

Na eleição de 50, os partidos de oposição se reuniram e formaram uma coligação ampla. Todos os partidos da oposição, contra os partidos que apoiavam o governo de Vitorino. O governo deles era Eugênio Barros e as Oposições apresentavam o Satu. E o Satu Belo era uma pessoa bem relacionada, estimada na cidade. Mas se você fosse apurar, exatamente, você veria que a classe era muito semelhante a dele que ele pertencia aos grandes industriais da época. A Fábrica da Camboa pertencia a ele e seus sócios. E houve as eleições e os partidos de oposição fizeram uma grande

¹ BUZAR, Benedito. **A Greve de 51**: os trinta dias que abalou São Luís. São Luís: Alcântara, 1983, p. 20

presença não fizeram uma maioria porque as eleições ficaram dependendo de suplementares. E enquanto aguardava a complementar, Saturnino Belo morreu.

Assim, sob um clima de tensão, as eleições de 3 de outubro se realizaram. O grupo vitorinista, como fiel seguidor das diretrizes nacionais, apoiou o advogado Cristiano Machado para a presidência da República, garantindo-lhe a vitória no Maranhão, com pouco mais de 70 mil sufrágios. Já as “Oposições Coligadas” ,dividiram-se no apoio à candidatura de Getúlio Vargas (PTB/PSP), que ficou em segundo lugar, com 58 mil votos; e no apoio ao Brigadeiro Eduardo Gomes (UDN), terceiro mais votado, com cerca de 14 mil votos. ² Mas os problemas não residiam propriamente nas eleições presidenciais. ³

Pelo desenrolar das apurações, tudo levava a crer que Satu Bello seria o vitorioso. Mas, surpreendentemente, o TRE anula aproximadamente cerca de 16 mil votos da capital, ensejando a Eugênio Barros ultrapassar o candidato da oposição por cerca de 16 mil sufrágios... As Oposições passaram a defender ardorosamente a realização de eleições suplementares, após o que seriam diplomados os candidatos os candidatos vitoriosos. Enquanto essa discussão ganhava corpo, acontece a fatalidade: Saturnino Bello, no dia 16 de janeiro de 1951, é vitimado por um ataque cardíaco fulminante, deixando as Oposições na orfandade e o eleitorado da capital revoltado, a ponto de creditar a morte do candidato aos juízes do TRE. Diante do novo quadro político decorrente da morte de Satu, o TRE decide não realizar novas eleições suplementares sob o argumento de que o eleitorado não poderia votar em candidato morto. Em vista disso, anunciou o resultado final do pleito e diplomou Eugênio Barros governador do Estado.

Eugênio Barros tomava posse no governo estadual, em 28 de fevereiro de 1951. Esse fato político foi o estopim da “Balaiada Urbana” ⁴ A cidade de São Luís tinha cansado de viver em paz. Em dois momentos, a capital ficou completamente paralisada, nos meses de fevereiro/ março (cerca de 15 dias) e setembro/ outubro

² _____ . **O Vitorinismo:** lutas políticas no Maranhão de 1945 a 1965. São Luís:Lithograf, 1998. p.98

³ BUZAR, 1998: 97-98

⁴ Termo alcunhado pelo jornalista Neiva Moreira, na época do movimento grevista. Cf. MOREIRA, Neiva. **Um depoimento a José Louzeiro:** o pilão da madrugada. Rio de Janeiro: Terceiro Mundo, 1989

(cerca de 20 dias). A “Greve de 51” assumiu tal magnitude que reunia em suas manifestações diárias contingentes de, no mínimo, 3-4 mil pessoas na então chamada “Praça da Liberdade” (Praça João Lisboa ou Largo do Carmo, o centro político maranhense da época). Mobilizações populares que tiveram um formidável precedente no cortejo fúnebre de Saturnino Bello, com a presença de milhares de pessoas (entre 30 e 40 mil pessoas, segundo os jornais oposicionistas). Isto, na pequena cidade provinciana de 120 mil pessoas (ou seja, entre um terço e um quarto da população nas ruas).⁵

A “Greve de 51” foi um movimento articulado pelas oposições contra a posse do governador Eugênio Barros (PST), candidato “vitorioso” em eleições marcadas pelas denúncias de fraude. As “Oposições Coligadas” apresentaram como candidato único Saturnino Belo, político e empresário, rompido com o vitorinismo⁶ em virtude de sua não indicação como candidato a governador, em 1950.

Aproveitando-se das dissidências abertas no seio do grupo dominante, as oposições vislumbraram na candidatura de Saturnino Bello a possibilidade de finalmente alcançarem o governo estadual. Dessa forma, *o pano de fundo dos acontecimentos seria “o padrão clássico da política maranhense, qual seja, as disputas intraoligárquicas pelo controle do aparelho estatal para a consecução de seus objetivos públicos e/ou privados”.*⁷

Por ser uma temática ainda pouco estudada na historiografia maranhense, apoiamo-nos nas poucas obras que tivemos acesso (Buzar, 1983, 1998, 2001; Moreira, 1989; Ribeiro, 1997, 2001 e Costa, 2001). Vale ressaltar, a fundamental importância das matérias dos jornais que circulavam na cidade naquele dado momento histórico, do depoimento de interlocutores que de alguma forma participaram e conviveram de maneira direta neste movimento social, assim como do conteúdo analisado nos documentos do governo federal, estadual e municipal,

⁵ RIBEIRO, Paulo Roberto Rios. “**Greve de 51**”: mito ou verdade? Monografia. Ufma. São Luís, 1997. p. 12-13

⁶ **Momento histórico compreendido entre 1945 e 1970, onde Vitorino Freire exerceu o poder político no Maranhão.** Cfr. : COSTA, Wagner Cabral da. A raposa e o canguru: crises políticas e estratégia periférica no Maranhão (1945/1970) In: _____. **História do Maranhão: novos estudos**

⁷ RIBEIRO, 1997, p. 93

de entidades e instituições não-governamentais, bem como documentos pessoais de personalidades envolvidas com o movimento.

Para a execução desta pesquisa, fizemos um levantamento bibliográfico acerca da participação das mulheres, dos estudantes, trabalhadores entre outros, na “Greve de 51”, através de fontes que estão sobre a responsabilidade de instituições governamentais específicas como a Biblioteca Pública “Benedito Leite” e o Arquivo Público do Estado do Maranhão. Realizamos o confronto de fontes tais como Atas da Associação Comercial, as Revistas “O Cruzeiro” e a “Time”, documentários produzidos no período, com publicações a que tivemos acesso.

O trabalho está constituído de duas partes, além da introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, abordaremos, inicialmente, uma discussão teórica acerca do estudo da memória e da importância do uso de relatos de vida para a História, associado ao contexto histórico de São Luis no período em que aconteceu a “Greve de 51”.

Para GALEANO (1991, p. 45), a memória é o melhor porto de partida para navegantes com desejo de vento e profundidade. De fato, na busca de construção da identidade, os sujeitos individuais e sociais mergulham na profundidade de suas histórias, em uma dinâmica que pode apresentar uma dinâmica de caráter espontâneo ou direcionado.

Segundo SCHWARZSTEIN (2001, p. 75): “La memoria actúa en el presente pra representar el pasado. Esa representación extremadamente compleja, nos es una simple reproducción, sino una interpretación.”.

Considerando-se a evocação do passado como substrato da História Oral, um projeto previamente elaborado por historiadores orienta o processo de rememorar e relembrar sujeitos históricos, ou mesmo testemunhas da vida vivida por uma coletividade. Desta forma, os depoimentos coletados tendem a demonstrar que a memória pode ser identificada como processo de construção e reconstrução de lembranças nas condições do tempo presente. Em decorrência, o ato de relembrar insere-se nas possibilidades múltiplas de elaboração das representações e de reafirmação das identidades construídas na dinâmica da

história. Portanto, a memória passa a se constituir como fundamento da identidade, referindo-se aos comportamentos e mentalidades coletivas, uma vez que o relembrar individual – especialmente aquele orientado por uma perspectiva histórica de cada depoente.⁸

A produção de documentos orais tem um duplo embasamento: o ofício de historiador e a memória individual dos depoentes. Como metodologia que busca captar o passado, a História Oral constitui-se como espaço vivificador da relação entre a História e a Memória, pois, como afirma SOSNOWSKI (1994, p. 15): “O ato de recordar incita à reflexão permanente do ser na História”. Desta forma, História e memória enredadas na trama da reconstituição temporal, contribuindo para aguçar a consciência dos sujeitos históricos de pertencimento ou de não-pertencimento a organizações, grupos, instituições, países, etc.

Baseado em leituras de jornais que circulavam diariamente na capital maranhense e em relatos de cidadãos que viveram neste momento histórico, podemos observar que no início dos anos 50, São Luís estava totalmente desassistida de políticas oficiais. O fornecimento de energia elétrica era precário, causando constantes faltas de luz. Esta era produzida de forma artesanal pela Ullen Manegmant Company, empresa norte-americana que detinha a concessão destes serviços. As classes populares pouco se beneficiavam dos serviços de água e luz. Geralmente, utilizavam a energia produzida por querosene, que só funcionava até à meia noite.⁹

São Luís não possuía, nesse período, um sistema de limpeza pública, o que resultou na eclosão de inúmeras epidemias, conforme observado nos depoimentos colhidos em periódicos que tinham circulação diária na Capital maranhense.¹⁰

A carestia de vida, era outro problema que afligia a população ludovicense, motivo de constantes reclamações com relação aos salários que pareciam não acompanhar a alta dos preços, denunciando o agravamento das questões sociais

⁸ POLLACK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1992, p. 23

⁹ Entrevista concedida por Maria das Dores Sousa, ao autor, em 19.12.2003

¹⁰ Entrevista concedida por Graça Barros, ao autor, em 19.12.2003.

urbanas do proletariado da capital ludovicense. Houve a falta de gêneros alimentícios, como por exemplo: o arroz, o açúcar e o café. Em vários depoimentos coletados, as pessoas informam a aflição da população causada pela falta desses gêneros alimentícios.

É importante observarmos, a realidade de total descaso como era tratada a capital maranhense por parte do Executivo Estadual e Municipal para podermos entender os reais motivos que levaram a população ludovicense a se insurgir contra o poder constituído e paralisar a cidade por exatos trinta e quatro dias, entre os meses de fevereiro e setembro do ano de 1951.

A seguir, abordaremos as visões dos mais variados setores acerca da “Greve de 51” e em que nível se deu a participação dos mesmos no movimento paredista. Esta visão engloba o envolvimento de diversos atores sociais, provindos do empresariado, das classes médias, estudantes, políticos, trabalhadores assalariados, com aspectos de multidões permanentemente mobilizadas. Neste movimento paredista, os manifestantes se aglomeravam diariamente no Largo do Carmo, das seis horas até as vinte e duas horas.¹¹

Este movimento teve a participação dos mais variados tipos de pessoas, desde os jovens que faltaram às aulas até as mães de família que deixaram seus lares para dar a sua parcela de contribuição para a mudança do que consideravam como “triste realidade maranhense”.¹²

Durante a “Greve de 51” coube um importante papel às operárias tecelãs: o preparo das refeições dos manifestantes, os chamados “Panelaços do Carmo”. Terminada a tarefa de preparar as refeições, as mulheres se juntavam às multidões no movimento paredista.¹³

Destacaremos também o papel das mulheres na seara política com duas personagens importantes: A vereadora Maria de Lourdes Machado(PR) e a professora Hildenê Castelo Branco. Vale ressaltar, a militância política da médica

¹¹ Entrevista concedida por Reginaldo Telles, ao autor, em 10.11.2005

¹² SOUZA NETO, Hélio Marinho de. **As chamas do poder**: uma análise sobre os incêndios que eclodiram nos bairros proletários de São Luís na década de 50. Monografia de conclusão de curso de graduação em História. São Luís: UFMA, 2003

¹³ Entrevista concedida por Maria das Dores Sousa, ao autor, em 19.12.2003

comunista (PCB) Maria Aragão, que chegou a ser presa no decorrer do movimento.

Abordaremos a atuação dos pregoeiros, exemplificados aqui pelos laranjeiros¹⁴, que se fizeram presentes nas principais alamedas do centro e no caminho de passagem dos populares. Iam se encontrar, diariamente, no Largo do Carmo, para participar das reuniões dos “grevistas”. Iam e ficavam no meio do povo, observando o movimento e aproveitando para vender suas laranjas. Quando terminavam de vendê-las, o que não demorava muito ficavam acompanhando a movimentação.¹⁵

As prostitutas participaram de maneira atípica do movimento ao declararem greve de sexo na Zona do Baixo Meretrício. Até mesmo a pensão de Madame Maroca foi rigorosamente fechada¹⁶. A adesão das prostitutas à Greve Geral ficou acertada após uma assembléia em frente à pensão da Dona Chica Navalhada, com a presença do jornalista Neiva Moreira e de algumas “meninas”.

No outro tópico do mesmo capítulo, abordaremos como se deu a participação das elites na “Greve de 51”. Nela, podemos observar uma forte associação entre o empresariado e a classe política. Na eleição de outubro de 1950, os principais oponentes da disputa eleitoral eram empresários do ramo têxtil: o Sr. Eugênio Barros, empresário caxiense, e o industrial Saturnino Belo, proprietário da indústria têxtil Santa Amélia.

Neste momento de plena turbulência, observamos uma Associação Comercial cindida, por ter entre seus dirigentes e associados representantes das duas facções: possuía tanto vitorinistas quanto oposicionistas. Segundo Informações de RIBEIRO (1997, p. 56), o presidente da Associação Comercial do Estado era presidente do Banco do Estado do Maranhão, detentor de um cargo de confiança pertencente ao Governo do Estado.

Será importante destacar como agiram os deputados e os vereadores durante a Greve. Saberemos se eles visitaram suas bases, explicando ao seu

¹⁴ Referência aos vendedores de laranja

¹⁵ Entrevista concedida por Agostinho Adriano Sousa, ao autor, em 26.12.2003

¹⁶ MOREIRA, Neiva. **Um depoimento à José Louzeiro: o pilão da madrugada**. Rio de Janeiro: Terceiro Mundo, 1989. p.56

eleitorado os motivos da Greve, tentando assim conseguir adeptos para ambos os lados. Paralelo à atuação no local de concentração propriamente dito, verificaremos como os parlamentares atuaram em suas respectivas casas legislativas durante o período de efervescência na cidade.

Para se ter uma visão mais apurada de como se deu a participação dos parlamentares, foi fundamental a entrevista com o então vereador de São Luís, pelo Partido Socialista Progressista (PSP), o então jornalista do Jornal do Povo, Reginaldo Telles. Durante este diálogo, pude esclarecer alguns pontos até então obscuros da participação dos deputados e vereadores durante a “Greve de 51”. Pontos estes difíceis de serem sanados usando a análise dos documentos oficiais.

Segundo DEBERT (1988), a história oral de vida tem aumentado seu âmbito de atuação, sendo enfaticamente reivindicada por várias disciplinas (História, Antropologia e Sociologia). Concordamos com a autora quando diz que as vantagens deste método são expressas através de duas possibilidades que a história de vida proporciona. A primeira é a “produção de uma nova documentação”, onde se tem a oportunidade de incorporar à literatura a versão que “os oprimidos e desprivilegiados têm dos grandes e dos pequenos acontecimentos” (DEBERT, 1988).

A segunda possibilidade é o estabelecimento de um diálogo entre informante e analista, onde é possível alcançar um ponto de interseção em que ambos possam compartilhar algo novo, que se apresenta pela primeira vez ao analista e re-apresenta ao informante, através de sua memória (DEBERT, 1988). Percebemos assim a importância que possui a História Oral, apoiada nos depoimentos e nas histórias de vida, para a produção historiográfica.

2 Memória como teia da construção histórica

Ao se elaborar um trabalho histórico-científico, torna-se necessário delinear os pressupostos metodológicos que o norteia. Concebemos o conhecimento histórico como a interpretação de aspectos da realidade vivida, pois não é possível reconstituir o real. Consideramos que os fragmentos não são evidências inquestionáveis. O historiador deve fazer uma cuidadosa análise de cada vestígio encontrado, confrontando com as demais informações obtidas. Deve identificar o lugar social de cada pista procurando inferir quais as suas intenções de elaborá-la. Tais cuidados são necessários porque os fragmentos não são pedaços do passado e sim representações sociais dele.¹⁷

A metodologia do trabalho está fundamentada na memória coletiva e na utilização de fontes orais. No caso, os depoimentos orais foram o caminho para a reconstrução dos fatos. Os narradores fizeram referências a fatos ou situações que eles tinham obtido por informações, ou que tenham presenciado. Nesse caso, em especial, trata-se de um “testemunho histórico”, originado em situação de entrevista. Dessa forma, então podemos dizer o entrevistador, o entrevistado e a aparelhagem da gravação constituem-se em elementos básicos que configuram a existência da recuperação da memória coletiva.

Qualquer que seja a forma considerada o importante é destacar que essas fontes orais baseiam-se na memória que é a capacidade humana de reter os fatos e experiências do passado e transmiti-los às novas gerações através de diferentes suportes empíricos (voz, música, imagens, textos, etc.)¹⁸. Assim, a memória coletiva constitui um dos pilares da metodologia aqui utilizada.

Sendo a memória um depositário do saber fundamental, seu esquecimento se iguala à morte. Em contrapartida, a rememoração é uma conquista, um importante passo, realizado com disciplina, então o meio pelo qual se garante a obtenção da

¹⁷ VELHO, Gilberto. Memória, Identidade e projeto. Uma visão antropológica. Ver. TB, Rio de Janeiro, 1998. p. 34

¹⁸ MORAES, O. R. **Memória, Cultura e Poder na Sociedade do Esquecimento**. p.02

continuidade temporal, da possibilidade vida sem morte, com os deuses.¹⁹

Existe uma memória individual que é aquela que guarda um indivíduo e que se refere às suas próprias vivências, mas também tem aspectos da memória do grupo social onde ele cresceu e foi socializado. Uma outra memória do grupo social onde ele cresceu e foi socializado. Uma outra memória denomina-se coletiva que é aquela formada pelos fatos e aspectos julgados relevantes e que são guardados como memória oficial da sociedade. Ela se encontra expressa em lugares da memória que são os monumentos, os hinos oficiais, os quadros, as obras literárias e artísticas que expressam a versão sólida de um passado coletivo de uma determinada sociedade, mas existem também as memórias contrárias às oficiais; são as memórias subterrâneas ou marginais que correspondem a versões sobre o passado dos grupos dominados de uma dada sociedade.²⁰

Estas memórias não estão monumentalizadas, nem gravadas em suportes concretos como textos, obras de arte e só aparecem quando conflitos evocam ou quando pesquisadores utilizam metodologias como a História Oral ou as biografias criando condições para que elas surjam ou possam ser registradas e analisadas. Assim, passam a fazer parte da memória coletiva de uma determinada sociedade. Elas, de modo geral, ficam guardadas nas famílias de geração para geração, espontaneamente em forma oral.

MONTENEGRO (1999, p. 74), ao analisar a participação dos moradores do subúrbio recifense na Revolução de 30, relata que:

A participação na cena política eleva, sem dúvida o nível de informação do narrador, mas não o liberta necessariamente da modelagem a que, afinal, vão sendo submetidos homens e acontecimentos (...) A lembrança de certos acontecimentos públicos (guerras, revoluções, greves...) pode ir além de leitura ideológica que eles provocam nas pessoas que os recordam. Há um modo de viver os fatos da história, um modo de sofrê-los na carne que os torna indelévels e os mistura com o cotidiano, a tal

¹⁹ BRITO, Marilza. **Memória e Cultura: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil.** Rio de Janeiro, 1989 (Caderno da Memória da Eletricidade: n.1) p, 08.

²⁰ MATTOS, Hebe Maria e Rios, Ana Lugão. **Memórias do cativo.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

ponto que já não seria fácil distinguir a memória histórica da memória familiar e pessoal.

As histórias de vida, biografias ou depoimento oral, configuram-se em documento oral. Nesse aspecto, ocorre uma diversidade de pontos de vista, pois há correntes de historiadores que consideram a fita gravada como documento; há outras que, porém, em que o documento passa a ser a transcrição.

Os velhos representam, para a memória coletiva, a possibilidade de preservação de valores fundamentais para a permanência do corpo social. Na atualidade, quando os velhos aparentemente não têm lugar destacado na sociedade, o trabalho do historiador os considera como fonte importante para a reconstrução da história.

Desde os anos 80, o termo “identidade coletiva” se espalhou sem ter uma precisão terminológica, ela foi inserida no contexto da política e da cultura por intelectuais que o aproximaram da lógica filosófica. (SANTOS, 1997:2).

A noção de identidade, que rompe com as dicotomias entre indivíduos e sociedade, passado e presente, bem como entre ciência e prática social, está tão associada à idéia de memória como esta última à primeira. O sentido de continuidade e permanência presente em um indivíduo ou grupo social ao longo do tempo depende tanto do que é lembrado, quanto o que é lembrado depende da identidade de quem lembra. Da mesma forma que a identidade, a memória também deixou de ser pensada como um atributo estritamente individual, passando a ser considerada como parte de um processo social (...) A memória deixou, portanto, de ser considerada como fenômeno individual, passando a elemento constitutivo do processo de construção de identidades coletivas”.

À ‘identidade’ aproximam-se então as questões sobre memória, pois ambos possuem como motivação a capacidade de “lembrança”. (BOSI, 1979, p. 22).

A interpretação social que Halbwachs dá da capacidade de lembrar é radical. Entenda-se que não se trata apenas de um condicionamento externo de um fenômeno interno, isto é, não se trata de uma justaposição de “quadros sociais” e “imagens evocadas”. Mais do que isso, entende que já no interior da lembrança, no cerne da imagem evocada, trabalham noções gerais, veiculadas pela linguagem, logo, de filiação institucional. É

graças ao caráter objetivo, transubjetivo, dessas noções gerais que as imagens resistem e se transformam em lembranças (BOSI, 1979, p. 22).

Na mesma direção, SANTOS (1997, p. 129) reafirma o pressuposto de que:

Isto significa que lembrança não é uma questão de experiência própria de alguém ou de tempo, mas de espaço social em sua especificidade, mais dependente de símbolos, relíquias e tabus da estrutura social do presente e que da narração das coisas passadas ou históricas. A lembrança reconstrói, assim, uma visão de um passado significativo computando partículas insignificantes da própria memória do indivíduo com os símbolos e as estruturas comunicativas importantes no grupo social ao qual pertence e, com isso cria a 'sensação de identidade', que é identidade social desde o início"

A memória é adquirida à medida que o indivíduo toma como suas as lembranças do grupo com o qual se relaciona: há um processo de apropriação de representações coletivas por parte do indivíduo em interação com outros indivíduos. Não se pode eliminar a importância do ator que reconstrói seu passado, nem considerar construções coletivas como autônomas, mas, sim, negar ao indivíduo, ao inconsciente ou à natureza humana independência em relação à sociedade.

Em contraposição à história, caberia à memória conscientizar sobre as semelhanças ao longo do tempo. É a memória que faz com que, no momento em que um grupo volta o olhar para o seu passado, possa sentir que permaneceu o mesmo e consiga se conscientizar de sua "identidade" preservada ao longo do tempo. Para compreender o passado, seria necessário então compreender as motivações de mudança sentidas no presente: (BOSI, 1979: 21).

A experiência da releitura é apenas um exemplo, entre muitos, da dificuldade, senão da impossibilidade, de reviver o passado tal e qual; impossibilidade que todo sujeito que lembra tem em comum com o historiador. Para este também se coloca como meta ideal de refazer, no discurso presente, acontecimentos pretéritos (...) Posto o limite fatal que o tempo impõe ao historiador, não lhe resta senão reconstruir, no que lhe for possível, a fisionomia dos acontecimentos. Nesse esforço, exerce um papel condicionante todo o conjunto de noções presentes que, involuntariamente, nos obriga a avaliar (logo, a alterar) o conteúdo das memórias"

Ao reconstruir a relação entre tempo e memória a partir da “memória coletiva”, é a partir de suas representações que os indivíduos percebem o passado, ao passo que conseguem “negociá-lo” com a história. A história é uma compilação dos fatos que ocupam o maior espaço na memória humana e um dos seus objetivos pode ser exatamente o de “lançar uma ponte entre o passado e o presente, e restabelecer essa continuidade interrompida”. Porém, como recriar correntes de pensamento coletivo que tomam impulso no passado, quando só podemos tratado presente?”(HALBWACHS, Apud Santos, 1997, 45).

Acredito que não precisamos operar com esta distinção entre história e memória, uma vez que tanto o estudo de memórias coletivas pode ser compreendido como histórico, pois sempre há um grau de arbitrariedade na abordagem das redes de sociabilidade, como abordagens históricas podem ser legitimadas apesar do caráter arbitrário e impessoal de suas interpretações, uma vez que qualquer atividade interpretativa reflete não apenas o presente, mas também as heranças do passado que convivem e determinam o presente. É imprescindível lidarmos com a impossibilidade de uma abordagem científica resgatar o tempo real e, a partir daí, aprendermos a respeitar os limites de cada abordagem teórica. Se indivíduos sempre constroem seu passado de acordo com preocupações e situações estabelecidas no presente, isto não quer dizer que este presente não contenha experiências ou traços do passado incapazes de serem percebidos em sua totalidade” (SANTOS, 1997:10).

É possível reconstruir o passado através das narrativas que recontem histórias tradicionais de uma maneira nova, auxiliadas pela história institucionalizada do presente. A pesquisa histórica tenta mostrar que essas histórias são apenas parcialmente verdadeiras, ou então falsas, subsidiadas por relíquias do passado que estavam inconscientes na memória viva. “Assim, recordar de forma histórica é uma tarefa dupla – tradicional e crítica ao mesmo tempo -, sendo assim ultrapassa em muito os conceitos de memória e identidade de Halbwachs” (SANTOS, 1997, p. 130).

Mas é fundamental advertir que este trabalho não se limitou a simples organização dos depoimentos e dos registros encontrados como o intuito de elaborar a narrativa dos feitos de um povo e, desta forma, representa a mais forte

tradição deste coletivo. Também teve a preocupação com a elaboração de uma história crítica.

A história crítica surge a partir de uma preocupação historiográfica que procura desvendar e analisar os vínculos existentes entre a história e a memória, no intuito de dessacralizar a história (pois o sagrado só é pertinente à memória) e dela retirar a atribuição de formar a identidade coletiva (...) O homem possui sempre uma memória, qualquer que seja a forma que ele assuma, e esta memória é elemento vital da cultura norteando a sua diferenciação dos agrupamentos animais e de outros coletivos humanos (BRITO 1989, p. 13).

3 A memória dos cidadãos

3.1 São Luís durante a “greve de 51”

Para termos um melhor entendimento de como estava a cidade de São Luís no início da década de 1950, faz-se necessário fazermos um registro histórico de cinco décadas. Neste momento, compreendido entre o final do século XIX e o início do século XX deu-se a instalação das indústrias de tecidos na cidade, o que gerou uma expansão da cidade, com o surgimento de vários bairros periféricos, a maioria localizados nas proximidades das fábricas. A maioria dos moradores desses recém-criados bairros eram compostos de pessoas oriundas do interior do Estado.

O período republicano coincidiu com algumas alterações significativas em São Luís. Inicialmente, com o parque fabril instalado no início da década de 1890, contribuindo para a constituição de novos bairros ou o desenvolvimento dos já existentes. Construíram-se várias fábricas; têxteis, de beneficiamento de arroz, de sabão, de açúcar e aguardente, de calçados, produtos cerâmicos, algodão hidrófilo, chumbo e prego. Todavia, as têxteis, porque utilizavam maior número de operários, foram as que agregaram maior número de pessoas em suas proximidades.

São os exemplos, nos quais podemos observar este adensamento populacional. Em torno da fábrica de tecidos da Companhia de Fiação e Tecidos Maranhenses desenvolveu-se o bairro da Camboa do Mato. Próximo dali, no Apicum, funcionava a fábrica da Companhia Fabril Maranhense. Os mestres, contramestres e os operários mais destacados dessas têxteis moravam nas vilas operárias em frente aos estabelecimentos industriais, enquanto os demais operários espalhavam-se pelos atuais bairros do João Paulo, Monte Castelo, Floresta, Fátima (antigo Cavaco), entre outros, localizados na zona periférica da cidade.

O bairro de São Pantaleão e o da Madre de Deus, que lhe é contínuo, abrigou as três instalações fabris das Companhias de Fiação de Tecidos de Cânhamo, de Fiação e Tecelagem São Luís e Laticínios Maranhenses. No Largo de Santiago, também naquela área, tinha ainda uma fábrica de arroz. Assim, nas proximidades, formaram-se os bairros do Lira, Goiabal e Codozinho. No distante bairro do Anil foi instalada uma fábrica têxtil, criando uma verdadeira vila operária, em meio aos sítios e chácaras ali existentes.²¹

Além das têxteis acima citadas, a cidade de São Luís contava também com uma fábrica de cigarros, como vimos nos relatos de Alauriano Campos de Almeida (Lauro): “Havia a “FALCAR”, uma fábrica de cigarros da marca Real. Era chamada Real. Hoje em dia é o Departamento de Estradas e Rodagens, mas aquele prédio foi feito para fabricação de cigarros.”²²

Alguns bairros centrais eram mais populosos que outros, entre os quais o de São Pantaleão. Os bairros mais afastados também cresciam. Com tal crescimento populacional, os serviços públicos não estavam atendendo a demanda. Os trabalhadores exigiam maior número de bondes e linhas que pudessem levá-los de casa para o trabalho e vice-versa, bem como, nos passeios dos finais de semana, sem os atrasos constantes e em horários determinados. A ineficiência deste meio de transporte era ocasionada pelas constantes faltas de

²¹LISBOA, Marlene Adelina Costa. **Em torno da fábrica:** o cotidiano da fábrica do Rio Anil. 1997. Monografia (Graduação) - História, Departamento de História e Geografia, UEMA, São Luís, 1997. p. 52

²²MARANHÃO. Secretaria de Estado da Cultura. Centro de Cultura Popular Domingos Viera Filho. Memória de velhos. São Luís: Lithograf, 1999, v.5, p.92

energia elétrica fornecida pela *Ullen Manegmant Company*, prejudicando trabalhadores e estudantes, os usuários constantes dos bondes elétricos.

No início dos anos 50, começaram a ser veiculadas na imprensa escrita reivindicações para a substituição do bonde pelo ônibus, em decorrência da grande movimentação de pessoas entre o centro e os subúrbios no dia-a-dia. O objetivo era facilitar o acesso aos bairros como o Anil, Turu, Olho D'água, Tirirical, entre outros.²³

Entretanto, apesar dos apelos regulares da população, a mudança nos meios de transporte se deu de forma lenta, pela falta de estrutura das ruas da cidade e das que davam acesso aos subúrbios. Mesmo assim, sensibilizada pelos constantes apelos dos trabalhadores a S.A.E.L.T.P. A (Serviço de Água, Esgoto, Luz, Tração e Prensa de Algodão), empresa que explorava as linhas de bonde, trouxe do Sul do país alguns ônibus que passaram a circular concomitantemente aos bondes elétricos, que só saíram totalmente de linha no final da década de 60.

Paralelo à vinda dos ônibus oriundos do sul do país, pode-se, observar que o empresariado da S.A.E.L.T.P.A :²⁴

Reunindo os poucos recursos mecânicos das oficinas daqueles serviços, e, auxiliado pelo engenheiro Amon Jessen e Antônio Vinhais e operários que trabalham na Estação de Bondes, deliberou construir aqui ônibus que pudessem substituir, perfeitamente, os fabricados no sul do país. E essa iniciativa digna de icônicos já está coroada de êxito, com a inauguração domingo último, do primeiro dos dois ônibus fabricados inteiramente em São Luís.

Mesmo com os ônibus circulando pela cidade, o bonde mantinha-se como o transporte coletivo preferido pelas classes populares, em função dos baixos preços das passagens, pela segurança que oferecia a estes usuários, entre os quais: trabalhadores braçais, operários das fábricas, estivadores, estudantes, donas-de-casa, entre outros.

²³ Jornal O Imparcial, 21.03.50, p.03.

²⁴ **Jornal O Imparcial, 21.03.50, p.04.**

Mas as deficiências quanto à uma condizente prestação dos serviços coletivos continuaram: *“as classes pobres, de maneira especial vêem agora as suas dificuldades aumentadas com a falta do tráfego dos bondes, depois das 18 horas, por dias sucessivos, como está sucedendo”*.²⁵ Isto ocorria porque os bondes elétricos cobriam diversos percursos, como se pode observar na descrição do Sr. José de Jesus Figueiredo, ao projeto Memória de Velhos:²⁶

O bonde saiu da estação, onde era a COBAL, perto do bairro da Liberdade, ia do Filipinho. Quando voltava para o centro, passava na Praça Deodoro, descia a Rua da Paz, pegava a João Lisboa, voltava pela Rua Grande e descia novamente para o Filipinho. Havia várias linhas de bondes: a Gonçalves Dias, que ia até a Praça Gonçalves Dias e retornava para a João Lisboa pela Rua da Paz e voltava pela rua Grande e descia a rua Rio Branco; a São Pantaleão ia ao largo do Cemitério, à rua do Passeio, à rua da Paz e descia a Afonso Pena, a Jacinto Maia, a do Mercado Central, o largo do Santiago, a rua do Norte até a praça da Saudade; e tínhamos a linha Estrada de Ferro, que fazia Beira-Mar, Praia Grande, rua do Giz, dobrava a rua Henrique Leal e a rua Afonso Pena, subia para a Praça João Lisboa e entrava na rua Grande, onde existia a loja Rio Anil, hoje o Banco de Crédito Nacional, bem no canto com a Magalhães de Almeida.

Fazendo um comentário acerca dos valores das tarifas do bonde, assim como das condições sociais dos passageiros que usavam este meio de transporte, O Sr. Alauriano Campos de Almeida nos fez o seguinte relato:²⁷

O Bonde de segunda era chamado Cara Dura, porque nele andavam pessoas descalças, de chinelo. Ele vinha de reboque, atrás do bonde de luxo que tinha uma frente grande e a passagem custava 800 réis; as seções custavam 200 réis”.

O serviço de distribuição de água na capital maranhense era realizado de maneira precária. Praticamente inexistia o sistema de tubulação encanada na área central e periférica da capital maranhense. Geralmente, *as pessoas, para poderem usufruir da água, deveriam buscá-la na fonte.*²⁸

²⁵ Jornal O Combate, 24.02.52, p.02

²⁶ MARANHÃO. Secretaria de Estado da Cultura. Centro de Cultura Popular Domingos Viera Filho. Memória de velhos. São Luís: Lithograf, 1997, v.2. p. 100-101

²⁷ Id Ibid.p. 88

²⁸ Id Ibid p. 89

O abastecimento de energia elétrica era irregular provocando constantes faltas de luz. Esta era produzida de forma artesanal²⁹ pela *Ullen Manegmant Company*. As classes populares pouco se beneficiavam dos serviços de água e luz. Aos seus integrantes, cabia muito mais trabalho para produzi-los, como relembra o Sr. José Santos Fernandes, quando afirma que: *“Cresci cortando mangue, que era transportado de barco para a Ullen, em São Luís, no tempo em que essa energia era produzida através de lenha. Cortava mangue para vender a 10 mil réis o cento.”*³⁰ São Luís não possuía um sistema de limpeza pública, com coleta regular de lixo residencial e industrial, o que resultou na eclosão de inúmeras epidemias, conforme observado nos depoimentos colhidos.

Outro problema que afligia de forma crescente a população de São Luís se referia ao alto custo de vida, motivo de constantes reclamações com relação aos salários que não acompanhavam a alta dos preços, denunciando o agravamento das questões sociais urbanas do proletariado da capital ludovicense. Nesse momento, houve a falta de gêneros alimentícios, como por exemplo: o arroz, o açúcar e o café e carne bovina.

Segundo a senhora Maria Custódia, moradora da Rua Agostinho Torres, no movimentado mercado do João Paulo, durante o mês de setembro de 1951, houve a substituição da carne bovina pela carne de Jacaré, oriundo da região de Goiás. Nesse momento, os populares alcunharam os jacarés de “Boi do Goiás”.

Percebe-se, então, que São Luís mesmo sendo um centro comercial de pequena expressão dentro do cenário nacional, apresentava aspectos gritantes no que se refere à questão social como condições de vida indigna, falta de habitação e grande deficiência na prestação de serviços públicos básicos.

²⁹ A energia elétrica era obtida, nesse momento histórico, pela queima de lenha

³⁰ Entrevista concedida por José Santos Fernandes, ao autor, em 22.05.2003.

3.2 Os setores populares e a “Greve de 51”

Antes de adentrarmos na situação específica dos setores populares na “Greve de 51”, devemos definir quem são os atores sociais que compõem esta categoria de movimento social. Segundo ARROYO (2005, p. 4), os setores populares são conceitualmente:

(...) os novos atores sociais em cena. Estavam em cenas mas se , às vezes ficam um tanto escondidos. Seu perfil é diverso: trabalhadores, camponeses, mulheres, negros, jovens, estudantes. São sujeitos históricos mexendo, incomodando, resistindo, num movimento frenético.

Esse movimento social, denominado ao calor dos acontecimentos como “Greve”, teve a participação de variados setores da sociedade, desde os trabalhadores até os estudantes, passando pelas operárias tecelãs e chegando até as donas de casa, que deixaram a sua contribuição ao que chamaram de “causa de libertação do Maranhão”.

Na visão de RIBEIRO (1997, p. 45), inexistiu uma “Greve” propriamente dita (entendida como suspensão coletiva de trabalho por iniciativa de empregados que reivindicam melhores condições de trabalho), mas sim um “movimento social, com forte presença dos setores marginalizados da sociedade, cujas insatisfações foram canalizadas para os objetivos políticos das Oposições”. O nosso trabalho se coaduna com esta linha de pensamento.

É importante frisar que há um entendimento destoante do nosso, no tocante ao sentido da participação dos populares nesse movimento paredista. Ela tem como base a interpretação de COSTA (2001) que entende a Greve de 51 teria sido um movimento articulado e mantido pelas lideranças das “Oposições Coligadas”.

O professor Wagner Cabral não trata detidamente da “Greve de 51”. Faz uma leitura da cidade de São Luís durante o movimento paredista. Em seu estudo praticamente não são usados relatos de pessoas oriundas das camadas populares relatando sobre sua participação e sobre seu grau de politização.

Realiza um estudo do panorama político do Maranhão no período 1945/1970. Discute-se a trajetória das Oposições Coligadas, frente heterogênea formada para combater a hegemonia política do vitorinismo no estado. São destacados dois momentos: o movimento popular conhecido como Greve de 1951 (contra a fraude eleitoral) e a vitória oposicionista nas eleições de 1965 com o apoio da ditadura militar. Com o recurso a diversas fontes (jornais, memórias, literatura, cinema), procede-se à análise dos imaginários sociais (re)formulados e manejados pelas Oposições, com ênfase às representações sobre o Maranhão, os maranhenses e sua identidade cultural.

As mulheres tiveram importante participação na “Greve de 51”. As operárias das fábricas têxteis e esposas de trabalhadoras se deslocavam, diariamente, para a Praça João Lisboa para a preparação das refeições dos manifestantes, os chamados “panelaços do Carmo”. Terminada a tarefa de preparar as refeições, as mulheres se juntavam às multidões no movimento paredista. (BARROS, p. 2003)

A mulherada também trabalhou na Greve. Agente ia pro movimento olhar a manifestação e depois íamos fazer a comida do povo que ficava na Praça. Nós batizamo o almoço do pessoal de panelaço, por causa das panelas usadas para fazer a comida, que eram muito enorme. Era desse tamanho. Quando agente terminava de fazer a comida, agente ia pra onde o povo pra olhar os políticos falarem. Êta tempo bom.

Ao se falar da participação das mulheres das classes médias e populares, podemos destacar algumas cenas do documentário “O Mundo em Notícias”³¹. Nelas, observa-se as mulheres que formam os bandos precatórios, marchando em direção ao centro da cidade. As “mulheres à margem da sociedade” e as “donas de casa” que formam os bandos precatórios eram duas coisas distintas, pois estas últimas, via de regra, são esposas, parentes, etc. de militantes da Oposição. O locutor diz: “mulheres postas à margem da sociedade, acusadas de incendiárias, são presas para evitar maiores danos”. Observa-se a união de componentes de classes sociais tão antagônicas visando a obtenção de alimentos e donativos para a manutenção da Greve.

³¹ Documentário “O Mundo em Notícias”. Transbrasil. São Luís, 1951

O membro do parlamento municipal à época Reginaldo Telles, comentando acerca dos “Bandos Precatórios” no relata que: *“as mulheres coletavam recursos de toda maneira. Porque era pra alimentar. Tinha despesa, tinha que alimentar os manifestantes. Não é dizer que alimentava todo o pessoal da Greve, mas ajudava muito”*.³²

As donas-de-casa tiveram importante participação na segunda fase da Greve, em conseqüência dos incendiários diariamente tocavam fogo nas moradias dos trabalhadores. Com medo de serem surpreendidas com suas casas pegando fogo, algumas donas de casa ficavam vigiando suas residências e acabavam não indo às concentrações no Largo do Carmo. Algumas que possuíam filhos pequenos, escondiam os filhos em pequenos cestos de palha, comumente denominados cofos, que ficavam debaixo das camas. Nas reminiscências da sr^a Maria Custódia³³, moradora do João Paulo:

Eu me lembro na época dos incêndios, que tinha um povo tocando fogo nas casas. Era algo sinistro. Às vezes as pessoas perdiam tudo. Quando se espantavam tudo estava pegando fogo. Com medo das casas pegarem fogo e de não ter ninguém em casa, algumas mães não fora apara a Praça João Lisboa e ficavam em casa vigiando suas casas. Quando se anunciava um incêndio, as mães colocavam seus filhos pequenos dentro de cocos, aqueles cofos de palha. Era o medo de perder as coisas e os filhos.

Havia também, aquelas que participavam das equipes de vigilância, que ficavam no inicio e no final das principais ruas dos bairros que estavam sendo alvo dos incendiários. Segundo relato, elas chegavam algumas vezes até a perder noites de sono, para ajudar os companheiros e vizinhos na vigilância. Chegaram a prender alguns suspeitos, que logo foram libertados por falta de provas. (ARAÚJO, 2002).

As mulheres da agostinho Torres, aqui no João Paulo, participamos das equipes que ficavam vigiando a rua contra o povo que estava incendiando as casas. Era um período muito difícil, pois nós ficamos noites em claro atrás de prender os tocadores de fogo. Mas o serviço não foi em vão, pois nós chegamos a prender alguns incendiadores, que depois a policia

³² Entrevista concedida por Reginaldo Telles, ao autor, em 10.11.2005

³³ Entrevista concedida por Maria Custódia Araújo, ao autor, em 18.12.2002.

soltou sob a desculpa de que eram suspeitos e contra eles nada foi provado. Um bando de safados. Tudo igual.

Durante o período no qual as casas de vários operários foram incendiadas no subúrbio de São Luís, a militante comunista Maria Aragão foi detida arbitrariamente e enquadrada na Lei de Segurança Nacional sob acusação de promover incêndios e de sua possível ligação com o comunismo, evidenciado com a apreensão de material de divulgação do “partido vermelho” em sua residência.

Essa informação é reforçada a partir do registro de sua ficha no DOPS, na qual são arroladas todas as acusações, além de insinuar a sua possível participação no patrocínio da fuga de presos políticos.³⁴ Mesmo sem culpa formalizada, a profissional da medicina ficou detida entre os dias 05 de outubro e 25 de dezembro de 1951.³⁵, e foi a única excluída da anistia dada pelo governador Eugênio Barros após o término da Greve³⁶.

Em suas memórias, a líder do Partido Comunista, narrou a discussão com o Chefe de Polícia por ocasião da sua prisão: “Ele disse que eu estava tocando fogo nas casas e eu o desmoralizei, dizendo que todo mundo sabia ser o Governo que mandava fazer isso, como forma de vingança contra o repúdio que o povo lhe devotava”³⁷.

Posteriormente à sua prisão, os advogados de defesa de Maria Aragão, dentre eles o próprio deputado Clodomir Milet, tentaram conseguir a liberação pela Justiça de um pedido de Habeas Corpus, para a ré responder as acusações em liberdade. Mas este pedido foi negado por três votos a um, deixando a mesma presa por um longo período.³⁸

Durante a “Greve de 51”, houve a suspensão das aulas, motivada pelo clima de insegurança que reinava na cidade e não por causa de uma atitude de apoio às hostes oposicionistas. Eram poucos os colégios que havia na cidade,

³⁴ Diário Popular, 03/10/5, p.01

³⁵ Em minuciosa pesquisa feita junto ao Tribunal de Justiça do Maranhão, não foi encontrado nenhum processo referente à prisão da médica Maria Aragão.

³⁶ BUZAR, 1983: 120- 121

³⁷ ARAGÃO, 1992: 130

³⁸ SOUZA NETO, 2003: 61

entre os quais podemos destacar o Colégio Santa Teresa, O colégio Maristas e o Rosa Castro.³⁹

Os alunos, por sua vez, foram impedidos de participar das manifestações na Praça João Lisboa por seus pais, que temiam que algum episódio ameaçasse a integridade físicas de seus filhos. Não puderam ir ao Largo do Carmo, e muito menos sair na rua, motivado pelo clima de insegurança que reinava nos bairros da capital.⁴⁰

No período da greve, as escolas de São Luís fecharam suas portas e não funcionaram. Nós tínhamos o Colégio Santa Teresa, O colégio Maristas e o Rosa Castro, que eram só para as mulheres. Fecharam por causa do clima de turbulência e medo que reinava na Ilha rebelde, como ficou conhecida a cidade de São Luís. Além de ao poder ir à João Lisboa, nós não podíamos mais nem sair na porta de casa, devido ao clima de medo e sangue que invadiu a Ilha.

Os professores, em sua maioria, baseado em depoimentos de ex-alunos, não compareceram ao movimento paredista e seguiram seu ritmo de vida de forma normal. Não achavam que deveriam questionar o vitorinismo e que o silêncio naquele momento seria um acertado posicionamento. (ARAÚJO, 2002).

No tempo da Greve de Eugênio, os professores ficaram sem trabalhar porque as aulas foram paradas. Sempre quando eu ia para o comércio ou à feira eu olhava alguns dos meus professores indo fazer compras ou mesmo passeando. Eu acho que alguns podem até ter ido, mas eu acho que a maioria não foi. Era um povo que gosta de dinheiro.

A se destacar a participação política da mulher na “Greve de 1951”, devemos mencionar o posicionamento da professora Hildenê Castelo Branco no período durante e após o movimento de paralisação”. No ápice do protesto chegou a ser fotografada pela Revista “O CRUZEIRO”, apontando um revólver para o Palácio dos Leões. Foi uma das marcantes adesões ao governo de Eugênio Barros, após este ter seu diploma validado pelo TSE. Tal apoio foi homologado em um dos famosos “jantares de reconciliação”, nos quais figuras até

³⁹ Entrevista concedida por Adriano Reis, ao autor, em 19.07.2005.

⁴⁰ Entrevista concedida por Raimundo Nonato Cutrim, ao autor, em 18.08.2005

então oposicionistas, em troca de cargos ou de alguma participação no governo, aderiram ao situacionismo vitorinista.⁴¹

Essa face camaleônica dos políticos maranhenses dos anos 50 é algo que perdura até os dias atuais. Tudo parece um verdadeiro faz de conta. Um líder político faz parte das hostes vitorinistas e por algum motivo qualquer, como por exemplo, um pleito não atendido, debanda para as oposições, que o aceita de braços abertos, como se nunca tivessem sido, num passado recente adversários ferrenhos. O rompimento não se devia a divergências ideológicas, mas simplesmente por desavenças pessoais.

A vereadora Maria de Lourdes Machado, pertencente aos quadros do Partido Republicano – PR - teve um destacado papel na “Greve de 51”. Ela organizou o local das manifestações e cedeu a sua casa e a aparelhagem de som para que as lideranças políticas pudessem fazer seus discursos. Acerca disso, Reginaldo Telles, seu colega de parlamento, afirmou que:

O Partido Republicano fez um vereador que foi a Maria machado. A manifestação se realizou num local apropriado, que os Machado já organizavam os discursos. Eles tinham os alto-falantes. A casa foi a deles. A manifestação se realizou no local apropriado e ela organizou as manifestações.

Os funcionários das Gráficas de São Luís tiveram uma participação contida durante o momento de agitação na cidade. Realizaram uma assembléia para acertar como participariam do movimento paredista e não para aprovar uma pauta de reivindicações, conforme noticiado em “O Combate”:⁴²

Tenho o prazer de levar ao conhecimento de V. s^o que o Sindicato dos Gráficos solidário com o movimento grevista de todas as classes trabalhistas da capital, resolveu, por decisão unânime de sua Assembléia Geral, entrar, definitivamente, nesta data, em GREVE PACÍFICA, paralisando assim toda a indústria de São Luís, inclusive jornais, até que volte a cidade ao ritmo normal de atividade. Nesse sentido está o sindicato se dirigindo a todos os sindicatos gráficos do país. José Álvaro Mendes, Presidente da Junta Governativa do Sindicato dos Gráficos”.

⁴¹ COSTA, Wagner Cabral da. **A raposa e o canguru: crises políticas e estratégias periféricas no Maranhão (1945-1970)**. Disponível em: <www.unicamp.br>. Acesso em: 12 mar. 2004.

⁴² Jornal O Combate, 05/03/51 p. 02

Os prestadores de serviços das companhias de navegação aérea também paralisaram suas atividades no dia 04 de março, ficando suspensa a venda de passagens, impossibilitando assim, o desembarque de aviões de carga e o transporte passageiros de São Luiz para outras regiões do País.⁴³ Nesse momento histórico se verifica o isolamento da capital maranhense das demais unidades da Federação, pois este era o único meio de transporte que ainda estava em funcionamento.

Os feirantes do João Paulo não fecharam seus estabelecimentos comerciais para ir à Praça João Lisboa acompanhar as manifestações populares. Ficavam em suas quitandas durante o dia e à noite ficavam ouvindo, na companhia de familiares, as notícias da Greve pela Rádio Timbira ou ficavam vigiando as ruas contra os possíveis ataques de incendiários.

É importante observar que, os bairros proletários, onde o poder aquisitivo era mais baixo, geralmente o quitandeiro⁴⁴ ou um dos moradores mais favorecidos adquiria seu rádio. Esses locais representavam pontos de convergência de todos aqueles que, não podendo se deslocar para a Praça João Lisboa se reuniam em torno desse meio de comunicação para acompanhar os acontecimentos mais recentes.⁴⁵

José Paulo Castro⁴⁶, filho de um feirante da época, nos relata como se deu a participação dos feirantes na “Greve de 51”. Vejamos:

O tempo dessa Greve foi um tempo muito difícil. O pessoal da feira não fechou as quitanda e ficou trabalhando o dia todinho nas quitanda e de noite vinha para casa e a gente ficava na sala ouvindo as notícias da greve pela Rádio Timbira. Ou ficava vigiando as casa contra os ataques dos malvados que tocavam fogo nas casa. Aqui Na rua, a casa da dona Moacyr foi queimada nesse período.

Durante a Greve era comum os feirantes, embora no momento de serviço, ficarem conversando acerca dos acontecimentos ouvidos durante a noite anterior

⁴³ Jornal O Imparcial, 04/03/51, p. 05

⁴⁴ Nome dado, geralmente, aos pequenos comerciantes de São Luís

⁴⁵ A ênfase ao papel do rádio na “ Greve de 51” foi dado em depoimento ao autor, pela prof^a. Maria de Lourdes Lauande Lacroix, em 11.12.2003

⁴⁶ Entrevista concedida por José Paulo Castro, ao autor, em 19.09.2005

ou por relatos de pessoas que tenham estado no Largo do Carmo. As opiniões eram divergentes: alguns apoiavam os membros da oposição e outros apoiavam o Governador Eugenio Barros. Às vezes, havia até discussões calorosas entre eles. (CASTRO, 2005)

Embora a cidade tenha ficado paralisada durante trinta e quatro dias durante a “Greve de 51”, é importante observar que a movimentação na feira do João Paulo não teve o seu movimento diminuído, visto que por lá continuavam a transitar pessoas dos mais variados bairros, como Tibiri, Bairro do Cavaco (hoje, Bairro de Fátima), Vila Esperança. (CASTRO, 2005)

Nas lembranças do entrevistado, era comum durante os dias de paralisação a presença do prefeito de São Luís, Edson Brandão na feira do João Paulo conversando com os feirantes e a população, explicando sobre as causas do movimento paredista e pedindo que as pessoas fossem para o Largo do Carmo fazer número com os manifestantes que ali estavam. Sobre a presença de políticos no bairro do João Paulo, o feirante José Paulo, nos diz o seguinte:

Rapaz, quando acontece a Greve era comum a presença daquele patife, como é o nome dele, que veio aqui só para enganar a gente e pedir para a gente ir para a Greve se juntar com o povo. Ah! Lembrei o nome dele é o Edson Brandão, o prefeito. Muito desde antes dele virar prefeito ele já vinha muito aqui no João Paulo. Ele vinha explicar os motivos que levou o povo e os políticos da oposição a montarem a greve. O povo gostava muito dele. Ele era daqui do Bairro.

No entender de José Paulo Castro, o movimento foi vitorioso porque acordou a população contra os desmandos de Vitorino Freire e seus correligionários, que há muito tempo tratavam as políticas públicas com um enorme descaso. No caso do João Paulo, praticamente não existia a energia elétrica e as ruas eram de chão batido. Isso tudo começou a indignar os moradores do João Paulo.

Os barbeiros, que trabalhavam na Rua da Cruz, no bairro do João Paulo, iam para a Praça João Lisboa pela tarde, após terem trabalhado durante a manhã. Durante o serviço ficavam informados dos acontecimentos ao vivo, através de um rádio que ficava em umas das duas barbearias ali existente. Nos

momentos de folga, como na hora do almoço, iam até a feira, que ficava do outro lado da Avenida João Pessoa, e ficavam conversando com os feirantes acerca dos acontecimentos da Greve. O entrevistado também fala da constante presença do prefeito Edson Brandão nas barbearias, conversando com os barbeiros.

No tempo da Greve, agente da barbearia decidimos dividir o nosso tempo. De manha nós trabalhamos na barbearia e de tarde nos fomos para a João Lisboa para acompanhar a manifestação dos populares. Era muita gente. Um mundão de gente. Quando agente ficava no serviço, a gente ficava ouvindo a radio que ficava ligado na barbearia do Cutrim, quer metido a político. Na hora da bóia, agente ia prosear com o pessoal da feira e trocar umas idéia sobre a Greve. Eu acho graça que o Edson Brandão sempre ia lá para conversar com a gente. Queria que a gente ficasse o dia todo na greve. E de que agente ia viver? Aquele prefeito era malandro. Espertalhão.

Os barbeiros não viam com bons olhos os políticos signatários das oposições. Eles imaginavam que os oposicionistas não tinham um plano de governo e que só queriam alcançar o comando do Executivo Estadual maranhense. Eles classificavam os oposicionistas como oportunistas e lembram a constante troca de legenda por parte dos políticos. Ora estavam com Vitorino, ora com as oposições. (CASTRO, 2005)

Aquele povo da oposição era uns bando de patife. Eles tavam querendo usar a população para tirar o Eugênio do governo na marra. Eu acho que eles nem sabiam o que fazer caso conseguissem tomar o poder. Olha em 51, o Satu que era da curriola de Vitorino e depois ele não conseguiu ganhar alguma coisa que Vitorino negou e acabou se bandeando pra o lado das oposição, que não tinha um líder que pudesse ganhara a eleição e aceitaram ele de braços aberto.

No período em estudo, havia uma padaria no bairro do João Paulo, de propriedade do Sr. Adriano Reis. Ela ficava nas proximidades da feira do bairro. Segundo relatou o proprietário, este estabelecimento comercial não fechou as portas durante o movimento paredista. A única mudança é que o Sr. Adriano encerrava o expediente mais cedo, pois tinha medo de que algo acontecesse em sua padaria, A Sabor de Pão.

No tempo da revolução de 51, o João Paulo não foi tanto abalado comercialmente. Eu, por exemplo, não deixei de abrir a minha

padaria, a Sabor de Pão, em nenhum dia da Greve. Mas a partir do início da Greve, eu tive que fechar mais cedo, pois receava que alguma coisa de ruim acontecesse em minha padaria.

Nas lembranças do Sr. Adriano, na Rua Agostinho Torres, tradicional lougradouro do bairro do João Paulo, havia um senhor de nome Cláudio Gonçalo, que possuía um rádio de mesa e diariamente, às vinte horas sintonizava a Rádio Globo. O programa que ele ouvia era o Repórter Esso. Nesse programa jornalístico eram comentados os principais fatos acontecidos na capital maranhense durante o dia.

Falando na Greve, me lembrei do Cláudio Gonçalo, que tinha um radiozão de mesa paid'égua. Ele ligava esse radio lá pelas oito horas da noite, para ouvir o Repórter Esso, que fazia um repeteco das principais notícias ocorridas durante o dia. Era muito alto, que todo mundo ouvia. A rua toda ouvia.

O depoente afirmou que era comum no período da Greve, os familiares se reunirem, após o jantar para conversarem acerca do movimento, com cada membro da família expondo sua opinião e como achavam que terminaria o dito movimento paredista. A população majoritariamente apoiava os membros da oposição no litígio contra as forças vitorinistas.

Agente lá em casa, e na casa da maioria do pessoal da rua conversava com a patroa e os filhos sobre o que estava acontecendo. A preocupação era muito de todos. Ninguém sabia como terminaria este movimento. Todos temiam pelo pior. E o pessoal na sua grande maioria apoiava o pessoal do Neiva Moreira, quer dizer da Oposição.

Era comum os populares tomarem partido durante o período da Greve. As Oposições Coligadas eram apoiadas pela maioria dos populares, em detrimento de uma minoria vitorinista. Muitas das vezes chegavam a discutir de maneira acalorada, quase chegando em alguns momentos, às vias de fato. Havia uma paixão política exarcebada de ambos os lados.

Ao longo da Avenida João Pessoa, havia duas farmácias, A farmácia de São João e a Nossa senhora Santana. Ambas as farmácias não fecharam as portas, visto que durante a paralisação o Exército montou rondas que

patrulhavam a avenida principal constantemente. Isso afugentava qualquer possibilidade dos larápios puderem agir.

A Igreja Católica se absteve de comentários durante a Greve de 51. Nos bairros do Areal e do João Paulo, nas Igrejas da Conceição e de São Vicente, os padres durante seus sermões, não faziam sequer menção ao movimento grevista. Provavelmente por boa parte dos sacerdotes ludovicenses terem fortes relações com o Governo do Estado, de onde recebiam constantes dotações orçamentárias.

Esse silêncio de boa parte do clero católico deixou alguns segmentos da própria Instituição em bons lençóis. Segundo relato do padre OFM José Manuel⁴⁷, havia padres que queriam falar sobre o movimento paredista, mas fora impedidos pelo Arcebispo de São Luís, Dom José de Medeiros Delgado (1951-1963), pois segundo o mesmo a Igreja não deveria se manter envolvida em questões sócio-políticas. (MANUEL, 2005)

Segundo o entrevistado, a verdadeira causa do silêncio da alta cúpula da Igreja em relação as causas da Greve se deviam à uma série de incentivos fiscais que a “Igreja de Roma” vinha conseguindo do Governo do Estado, entre os quais, a transformação da Escola São Vicente de Paulo, em Sociedade de Interesse social, o que lhe garantiu isenção de impostos estaduais e empréstimos. Citou também a doação do terreno para a construção do convento das irmãs Goretinas, no Bairro do Filipinho.⁴⁸

Os estivadores demonstraram um nível de mobilização e preparo melhor que o de outros grupos profissionais, mas também não apresentaram demandas salariais específicas, mesmo trabalhando num setor fundamental para a economia ludovicense⁴⁹. O que chama a atenção na posição dos estivadores é o fato de conseguirem sair do isolamento e se articularem com os seus companheiros baianos, os quais, além de demonstrarem a sua solidariedade, asseguraram enviar apoio financeiro.

⁴⁷ Pseudônimo usado a pedido do sacerdote, que pediu para não ser identificado., temendo represarias por parte da alta cúpula da Igreja Católica

⁴⁸ Há na Coleção de Decretos e Atos do Governador Eugênio Barros, uma série de decretos que tratam da isenção de impostos a escolas confessionais, como por exemplo, A Escola São Vicente de Paulo.

⁴⁹ RIBEIRO, 1997, p. 47

Conforme afirmações obtidas de entrevistados, como Maria Custódia Araújo e José Paulo Castro, além do porto central da capital maranhense, outras áreas portuárias de menor porte sofreram movimento de paralisação, como os portos da Cerâmica e do Anil Localizados nos bairros do João Paulo e do Anil, respectivamente.

Faltou aos estivadores de São Luis uma maior noção acerca da importância estratégica das categorias portuárias, para que pudessem auferir significativos benefícios com esta Greve. Neste sentido é plausível perceber essa possibilidade nos termos do que diz o historiador Eric Hobsbawm, ao destacar uma “Greve ocorrida em Londres” fala sobre a importância do setor portuário durante um período de greve, notadamente numa cidade portuária:

As greves das docas podem causar perdas financeiras maciças ou ruptura de um grande setor da economia, especialmente em áreas dependentes do comércio ultramar, atrasando ou impedindo o transporte de mercadorias e matérias-primas. A mão de obra do cais é poderosa, e em geral os sindicatos portuários têm uma forte tradição de militância.”⁵⁰

Os servidores públicos não tiveram efetiva participação durante a greve, por não possuírem nem direito à Greve e nem direito à Sindicalização, benefício só garantido com a Constituição Federal de 1988. No tocante ao direito de Greve, este só foi regulamentado pela Emenda Constitucional, nº. 19, de 04 de julho de 1998. (ARAÚJO, 2002)

O meu pai era trabalhador dos Correios, que não pararam durante a Greve. Havia um clima de ameaças e os funcionários não tinham todos esses direitos que os de hoje tem. Não tinha o direito de fazer greve e não possuía um sindicato que pudesse defender seus interesses.

Naquele momento de turbulência política, a pressão sobre as pessoas que possuíam cargos em comissão era muito forte. Estas não poderiam participar das manifestações que ocorriam na cidade e nem apoiar a Greve sob pena de demissão. Nesta questão, Reginaldo Telles nos relata:

⁵⁰ HOBBSAWM, Eric J. **Os trabalhadores**: estudos sobre a História do Operariado. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p.242

A dominação, a opressão era terrível. Sabendo que uma pessoa, por exemplo, minha mulher. Minha mulher pelo fato de ser minha namorada foi demitida de um cargo que ela exercia no IPEM, por pressão do Governo. Só pelo fato de ser minha namorada e poder estar apoiando o movimento. Alguém se manifestasse a favor da greve sofria represália.

Segundo RIBEIRO (1997, p. 55), em relação à “Greve de 51”:

(...) não pudemos perceber a presença de servidores públicos no meio do movimento de 51, fato esse que nos parece deve ser atribuído à precariedade na relação contratual entre os servidores e o Estado, assim como ao padrão clientelista e fisiológico vigente na administração pública, onde critérios como concurso público, estabilidade ou outras garantias eram inexistentes.

Observa-se, a partir das entrevistas realizadas, uma tendência de certos setores das camadas populares⁵¹ a um processo de radicalização do processo político. Na visão dos populares, os líderes oposicionistas incitaram a população a se rebelar, mas no momento de efervescência política, no qual deveriam ter dado armamentos aos populares, recuaram por recear perder o comando da situação.

Vejamos o que nos diz Apolônio Melônio, do Sindicato dos Estivadores sobre esta possibilidade de tomada de poder:

(...) Era Clodomir Milet, Eduardo Viana os líderes da Oposição, esses homens falavam tanta coisa no comício e a gente acreditava neles. Pra nós que era o grosso de pegar e resolver, quando chegou na hora deu esse fracasso nunca mais acreditei neles. Eu pedi para ele (Eduardo Viana) mandar 10 rifles e outras armas, eu não queria manobrar.⁵²

Reginaldo Telles, então vereador do PSP, quando indagado se teria visto ou ouvido falar, como um dos vereadores oposicionistas, acerca de uma possível distribuição de armas aos populares este respondeu o seguinte:

Nunca vi líderes da oposição oferecendo armas aos manifestantes. Nunca. Distribuição de armas? Não sei como se ninguém tinha essas armas e nem se discutiu essa possibilidade. Ninguém tinha armas nem para oferecer, nem para distribuir. Não sei donde o povo tirou isso da cabeça.

⁵¹ Entrevista concedida por Apolônio Melônio ao autor, em 22.11.2002

⁵² MELÔNIO, 2002

Podemos observar que o clima era tenso e não se restringia às camadas populares. Pudemos perceber em um editorial assinado pelo jornalista Eyder paz, intitulado A Força do Povo uma defesa clara da luta armada para a derrubada do estatus quo. Esse artigo era bem sugestivo para o momento de alta tensão que vivia a população maranhense opressão seria através da revolução via luta armada. Mesmo sem fazer citações nominais, o referido jornalista tecia críticas sutis e contundentes ao vitorinismo, à quem indicava como possível culpado pela deflagração da “Greve de 51” Jornal Pequeno de 11.07.1951:

Só pela revolução um povo pode ser governo, é que o povo pode conquistar o poder pelas armas, subjugando os que lhe esfomeiam, lhe oprimem, lhe exploram, lhe traem e lhe vilipendiam. É irresistível a revolta do povo. Não há bastilha que não caia diante da força destruidora das revoluções populares, não há força por mais poderosa que seja que resista à ação brutal do ódio do povo. Tudo é insignificante, inexpressivo diante da força destruidora da cólera popular. A revolução é a consciência do povo, o grito de seu Eu, o eco das emoções íntimas. É sentença do povo abolindo as leis do cativo. É a marcha dos homens livres nos braços do povo para o poder. (...) Entre as cabeças dos tiranos mergulhadas num oceano de sangue e decepadas pela guilhotina da cólera de um povo, na vingança sanguinária do seu ódio lá estão o cadáver da escravidão em decomposição irreconhecível. Sujo de lama e de lodo, repasto de abrutados e chacais. Os restos dos que oprimiam e esfomeavam o povo.

Durante a realização da maioria das entrevistas foi mostrado aos colaboradores o referido artigo do jornalista Eyder Paz. A maioria disse ter lido o editorial e que o mesmo teria influenciado alguns manifestantes que viam com bons olhos a possível tomada de poder pela luta armada, principalmente os moradores da Floresta, liderados por Apolônio Melônio.

Esse editorial do Eyder ficou muito famoso aqui em São Luís. Era muito forte. Falava no povo indo para as ruas para tomara o poder na base da bala e do sangue. Nesse momento, a cidade pegava fogo, cada um defendendo suas posições. O povo da Floresta recebeu muito bem este escrito de jornal. Eles eram liderados pelo boieiro Apolônio Melônio, que estavam tentando fazer uma conexão para poder usar armas. Ele acreditava muito nisso.

Até o governador Eugênio Barros e alguns governistas reconheceram a real possibilidade de uma intervenção armada das camadas populares, para a tomada do Executivo Estadual. Segundo José Barros: *“Nós, governistas, chegamos a admitir uma invasão do palácio por populares. Defenderíamos as nossas vidas. Percebia-se claramente que existiam atiradores situados nos telhados dos prédios da Prefeitura, do antigo Banco do Brasil, da firma Francisco Aguiar.”*⁵³

As prostitutas da estrada de ferro, localizada na divisão entre o João Paulo e o Caratatiua também fizeram a sua “Greve de Sexo”, deixando de atender os clientes dos bairros adjacentes e funcionários da REFFESA. Os cabarés eram menos freqüentados que os da zona do Baixo Meretrício, mas tinham uma importância local. Segundo o padeiro Adriano Reis:⁵⁴

No tempo da Greve do Eugênio, as putas do Oscar Frota e da 28 de julho deixaram de trabalhar no sexo. Mas elas não pararam só. As da Estrada de Ferro também pararam. O povo que estava acostumado a dar uma escapulidinha ficou a ver navios. Elas atendiam os clientes do João Paulo, areal, Cavaco, os peões da Reffesa, e muito mais gentes. Nesse momento, a cidade ficou bem mais triste.

Os sapateiros, naquele momento situados majoritariamente nos bairros do Anil e do Centro, agiram de forma desorganizada durante o movimento grevista. Durante esse período, a dita entidade sindical não realizou assembléias, para deliberar como se daria sua participação no movimento. Fizeram-se presentes na paralisação mais aguçados pelo espírito de curiosidade, que por consciência política sobre o referido movimento paredista.

Nas lembranças do Sr. Brás⁵⁵, conhecido sapateiro do anil:

Os sapateiros tava (sic) tudo desorganizado. O nosso sindicato não reuniu a gente para dizer o que estava acontecendo. Eu, o Jorginho, o Carrinho e outros fomos lá na João Lisboa só pra olhar o movimento. Lá sempre a gente olhava pessoas conhecidas. Olhava até sapateiros de outros bairros, até do Tibiri. Foi muito legal.” ~

⁵³ BARROS, José Evandro. Entrevista concedida a Benedito Buzar. In: BUZAR, Benedito. **50 anos da greve de 51**. São Luís: Lithograf, 2001. p.108

⁵⁴ Entrevista concedida pó Adriano Reis, ao autor, em **19.07.2005**

⁵⁵ Entrevista concedida por Brás Lindoso, ao autor, em 19.12.2003

Os trabalhadores das fábricas de tecidos, nitidamente simpáticos à causa oposicionista, tiveram importante atuação durante a paralisação. Realizou-se assembléias entre os associados e montou-se comitivas que durante a greve percorriam as fábricas, convocando os operários e operárias a aderirem a causa oposicionista. Muitos operários atenderam ao chamado e foram para o Largo do Carmo.

No tempo da greve, o sindicato das indústria reunia o pessoal lá no sindicato e juntava uma turma que percorria as fábrica (sic) para convidar nós trabalhadores a ir lá para o movimento. Muita gente acabou indo pra João Lisboa”⁵⁶

Eu me lembro como se fosse hoje, aquela caravana do sindicato vindo aqui na fábrica Anil convocar a gente para chamar a gente para ir para a greve. Eles passaram ali pela ponte. Foi muita gente pra lá.⁵⁷

Segundo alguns relatos de operárias fabris, os diretores da Fábrica Rio Anil, em apoio à ala vitorinista, desaconselharam seus funcionários a participarem do movimento paredista. Argumentavam que os trabalhadores têxteis da referida fábrica não possuíam motivos para paralisarem suas atividades, pois estavam com os salários em dia, possuíam auxílio médico e condições dignas de trabalho. Contrariando as recomendações de seus patrões, boa parte dos operários fabris, durante os momentos de folga, foram ao Largo do Carmo acompanhar as manifestações, pois a fábrica, no referido período, segundo relatos, não paralisou suas atividades.⁵⁸

Vejamos o que nos diz a Sr^a. Maria das Dores acerca do episódio:

O Chefe da fiação, o sr. Manoel com ordem dos chefes superiores aconselhava os operários a não participarem da greve. Dizia que a gente não tinha motivos, pois recebia em dias, recebia as horas –extras, tinha nossa moradia entre outras vantagens.”⁵⁹

⁵⁶ Entrevista concedida por Maria das Dores Sousa, ao autor, em 19.12.2003.

⁵⁷ Entrevista concedida por Graça Barros, ao autor, em 19.12.2003.

⁵⁸ BARROS, 2003

⁵⁹ SOUSA, 2003

Durante o movimento de paralisação, os líderes sindicais montaram em cada um dos sindicatos da zona portuária um Comitê de Alimentação, onde eram preparadas e servidas as refeições. O objetivo era manter os associados nas proximidades, evitando assim um movimento de dispersão. Por volta do meio-dia, os manifestantes se deslocavam à sua respectiva entidade sindical para almoçar, e por volta das treze horas retornavam para o Largo do Carmo.

Me lembro que além do preparo de alimentação que havia na João Lisboa, havia mais dois locais de preparo, que era O Comitê de alimentação que ficava em frente ao Sindicato do Estivadores e outro que ficava defronte do Sindicato dos Arrumadores. O almoço era por volta de meio-dia ou uma hora da tarde.

Os curtumeiros participaram por curiosidade das concentrações do movimento paredista na Praça João Lisboa. No período da greve, os portos de São Luis ficaram paralisados, o que prejudicou o abastecimento das lojas de curtimento de couro. Isso fez com que os “empresários do couro” liberassem seus funcionários; não que os patrões fossem simpáticos à causa oposicionista. Eram em sua maioria descendentes de árabes e apoiavam o sistema político dominante, no caso o vitorinismo. Naquele período, São Luís possuía cerca de três empresas de Curtimento de couro, localizadas na João Paulo, na Madre de Deus, no Sítio Leal.⁶⁰

Vejamos o que diz o curtumeiro aposentado Marcelino Pereira, sobre como se deu a participação dos empregados do curtume na “Greve de 51”:⁶¹

Éta tempo bom. Me lembro. No momento da guerra dos nervos contra a posse daquele de Caxias (Eugênio Barros). O seu Said, que era o dono da Loja de curtimento de couro do João Paulo liberou a gente do serviço. Não tinha o couro do boi para curtir. Assim fizeram os carcamos das outras lojas, da Madre deus e dali, perto do Filipinho, não me lembro o nome. Não tinha o que fazer. (...) Nosso sindicato era pequeno, agente não reuniu durante a greve. Fomos para João Lisboa pra curiar o movimento e assuntar o que tava acontecendo. Tinha uns que nem ia.”

Os carroceiros paralisaram suas atividades motivados por falta de serviços. Neste período de “recesso”, alguns carreiros permaneceram em suas residências,

⁶⁰ Entrevista concedida por Marcelino da Silva Pereira, ao autor, em 07.12.2003.

⁶¹ PEREIRA, 2003.

enquanto outros foram acompanhar as manifestações no Largo do Carmo em seus veículos de tração animal. Os associados participaram de algumas reuniões com a diretoria do Sindicato dos Carroceiros. Nas reuniões, foi pedido que os carroceiros permanecessem paralisados, mesmo que viesse a surgir serviços e que quem pudesse fosse para a Praça João Lisboa para prestar solidariedade à causa oposicionista. Nas recordações do Sr. José Raimundo⁶²

“Rapaz, no momento da Greve do Eugênio Barros, de Caxias, o nosso serviço acabou todinho. O povo das carroça (sic) ou ia pra casa tirar um cochilo ou ia acompanhar o movimento. Eu lembro que umas duas vezes o nosso presidente e os outros da diretoria, do sindicato chamou agente lá na sede, na rua da Palma. Lá ele pediu que agente ficasse parado, mesmo que aparecesse serviço e fosse no Qg. da Oposição acompanhar o movimentação.”

Os açougueiros, em que peses ser à época um sindicato de menor monta, tiveram uma atuação bem consciente na “Greve de 51”. Eles participaram do referido movimento querendo melhorias nas condições de trabalho. Em entrevista com o açougueiro Agostinho Sousa, este relatou como se deu a participação dos açougueiros durante a “Greve de 51”. Segundo ele:

O Sindicato dos Talhadores de Carne Fresca de São Luís participou de maneira direta durante a atividade paredista. Os líderes desta entidade sindical tinham estreita relação com os líderes oposicionistas, dentre os quais, o general Lino Machado, que era sócio benemérito da instituição. A diretoria reuniu freqüentemente com o quadro de associados, com a presença de Lino Machado, momento em que se dizia que eram necessárias mudanças no comando do governo e que se vencesse a oposição melhoraria a condição do Sindicato. Os diretores sempre estavam na João Lisboa, ao lado dos líderes oposicionistas.”⁶³

As categorias de trabalhadores acima destacados, ao apoiarem à atividade paredista além de reivindicarem melhorias salariais e melhores condições de vida, estavam lutando por uma mudança no comando do aparelho estatal, o que possivelmente lhes permitiria uma aproximação maior às esferas de poder, pois durante o período em estudo, o tipo de sindicato que existia no

⁶² Entrevista concedida por José Raimundo Ferreira, ao autor, em 14.12.2003.

⁶³ Entrevista concedida por Agostinho Sousa, ao autor, em 26.12.2003.

Maranhão apresentava uma forte tendência a aceitar as imposições do governo e a prestar sua pronta colaboração a ele.

Tais tendências levaram o movimento sindical no Maranhão a um enfraquecimento das suas lutas e a uma perda relativa do apoio de sua base de sustentação social e política. O momento propício para reverter tal quadro foi durante a “Greve de 51”, momento em que estas entidades sindicais e seus trabalhadores se envolveram neste movimento social demonstrando uma relativa capacidade de mobilização de suas bases.

As lideranças sindicais tiveram uma atuação destacada, nas manifestações do Largo do Carmo, sobretudo os comerciários, na figura de seu Presidente, Vera Cruz Matos. Ele discursava nos palanques. Não podemos no esquecer do Stênio Cunha que era ligado ao Sindicato dos Motoristas e do Ezequiel, que era líder ferroviário. Nas reminiscências de TELLES (2005):

As lideranças sindicais tiveram uma presença forte no Largo do Carmo. Eles estavam presentes nas manifestações e colaboraram. Sobretudo os comerciários, por que tinham um grande líder que era deputado, que era o Vera Cruz Matos, o presidente dos Comerciários. Esse foi uma liderança importante, que era justamente do povo do comércio. E lês discursavam e principalmente o Vera Cruz, que era deputado. Que expressão tinha aquele cara. Os ferroviários também importantes. Teve um vereador, o Ezequiel, que era líder ferroviário e foi eleito. O Lobato era um barbeiro no Monte castelo e o Stenio, que era ligado com os motoristas.

No período da “Greve de 51” era comum a presença dos pregoeiros⁶⁴ pelas ruas da capital maranhense, tanto a área central quanto a periférica, entre os quais podemos destacar: o laranjeiro, o compra-tudo e o vendedor de caranguejo.

Nas lembranças do Sr. Adriano Sousa, na época laranjeiro, o vendedor de laranja para vender seu produto usava o seguinte jargão:

Nós usava pau de carga, com cofos em cada canto, cheios da fruta redonda. Me lembro do refrão que eu usava para a venda: Laranja doce // Olha a laranja// D. Arcanja // É doce que é uma beleza, D. Tereza // Tem tangerina, D. Felismina // Laranja de Anajatuba // Quem não comprar // Fica com curuba.

⁶⁴ Vendedores ambulantes, que vendiam os mais variados artigos.

Na São Luís dos sobrados tradicionais, de ruas estreitas e grandes e de íngremes ladeiras, também foi o lugar do Compra-tudo. Durante a conversa com o padeiro Adriano Reis⁶⁵, este recorda do José, o da loteria, mais conhecido pela alcunha de Compra Tudo. Chegando da Sicília, para cá imigrou e, como todo bom italiano que se preza, não ficou de braços cruzados à espera de emprego. Dois sacos de pano às costas e tendo à boca aberta seu pregões, subia as ladeiras dizendo: “ Compra ouro, compra prata, compra chumbo, compra roupa velha, compra tudo... Compra até bicho, Freguês!...”

Adriano Reis lembrou ainda um fato que aconteceu com compra-tudo, que durante o mês de fevereiro de 51, o italiano comprou algumas torneiras, para revendê-las, sem saber, nem desconfiar que se tratava de furto. Descoberto que referidas torneiras foram furtadas da *Ullen*, foi o italiano compra tudo conduzido à Polícia e perante o delegado de furtos prestou o seu depoimento. Sua inocência não o isentou de ficar algumas horas recolhido ao xadrez da Delegacia de Furtos. Depois de ser preso e deitado, o compra tudo mudou o seu pregão que passou a ficar assim: “ Compra tudo até bicho (...) menos torneiras da *Ullen* (...)”

Em meio ao alvoroço da cidade, os moradores escutavam todos os dias o pregão soltado pelo vendedor de caranguejos. Um pau de carga aos ombros, nas duas extremidades caem as tiras de envira de olho de tucum. Presos às pontas, três caranguejos em cada. De longe tem-se a impressão de dois cestos entrançados de cipós de guarimã, devido o entrelaçamento de unhas e cor de marisco.⁶⁶

Nas lembranças de Valdelina Diniz⁶⁷, esposa de um então “tirador” de caranguejo, a tiragem do caranguejo era complicadíssima. “Quando a maré secava, meu marido entrava no matagal, perto do caminho para o São Francisco ou do Rio Anil, com os cofos e uma faca, a cicica. Ia com a barriga nua e apenas de calção para iniciar a tarefa. Por causa desse serviço duro, as mãos ficavam grosseiras, consequência daquela faina, ficavam de modo geral, cheias de talhos produzidos de caracas do mangue.

⁶⁵ Entrevista concedida por Adriano Reis, ao autor, em 19.07.2005

⁶⁶ Entrevista concedida por Valdelina Diniz, ao autor, em 27. 12.2004

⁶⁷ DINIZ, 2004

Nas reminiscências desta senhora, a Greve foi um período em que seu marido auferiu vantajosos lucros com a venda do caranguejo, dado o aumento na procura pelo produto, devido à escassez de alimentos. Segundo ela, nesse período, seu marido e seus três filhos acordavam de madrugada para catar caranguejos e posteriormente vendê-los nas feiras do Cavaco e do João Paulo, onde estavam vendendo acima do preço de mercado. O povo preferia comprar o caranguejo à carne de jacaré.

Quanto ao grau de esclarecimento dos laranjeiros acerca do que teria causado a “Greve de 51”, observa-se que esses vendedores não tinham a mais vaga noção do que seria este movimento. O Sr. Adriano, durante a entrevista fala que quem comandava a “Greve de 51” eram os políticos das Oposições Coligadas.

No tempo da “Greve do Eugênio”, a gente via uma aglomeração de pessoas lá na João Lisboa, onde havia um microfone bem potente e os políticos da Oposição, onde os político, como o Neiva Moreira discursava muito bonito, tinha também uns outros que falavam bonito. O povo tava todo no embalo, sem saber muito o que era aquilo. Êta tempo bom aquele.

Ao falar da participação de populares na “Greve de 51”, não podemos nos esquecer de um personagem tido como louco, que esteve presente constantemente no Largo do Carmo, para onde ia do Anil a pé com operários da Fabrica do Anil para participar da movimentação. Na segunda fase do movimento, diante de um claro e previsível embate com as forças do Exército, este liderou os populares até as proximidades do denominado “Paralelo de 38”, carregando um bandeira do Maranhão e ao chegar em frente aos soldados, disse; “ Agora, daqui para frente tem que ter um doido mais doido do que eu”.⁶⁸

Segundo o Sr. Marcelino Pereira, apesar de possuir um distúrbio mental, o “Bota pra moer” tinha plena consciência do que acontecia na capital maranhense, visto que gostava de ler e ouvir rádio e de ter abandonado a faculdade de Medicina. Vejamos o que ele nos diz:

⁶⁸ Entrevista concedida por Marcelino da Silva Pereira, ao autor, em 07.12.2003

Rapaz eu me lembrei agora do doido do Bota pra Moer. Rapaz eu fiquei com pena daquele rapaz, não sei pó qual cargas d'água aquele rapaz enlouqueceu. O povo todinho do anil falava que ele estudava pra ser médico, não sabe?! Mas eu acho que era, pois ele lia os jornal e ouvia o radio. Ele sabia direitinho o que tava acontecendo, e melhor que muita gente que se achava boa. Quando eu me lembro dele eu rio é muito, rapaz.

As classes médias apoiaram tanto setores governistas quanto opositoristas. Os jornalistas Josué Montello e Franklin Oliveira apoiaram as hostes governistas. Por sua vez, Ferreira Gullar, juntamente com outros segmentos médios da sociedade deram apoio ao movimento, com a constituição da denominada “Comissão de Fundo Econômico Pró-Libertação do Maranhão”, que chegou a arrecadar, nos primeiros dias de paralisação, algo em torno de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) que seriam utilizados para garantir a alimentação dos manifestantes.⁶⁹ *Vale ressaltar, que Ferreira Gullar se demitiu da função de locutor que exercia na Rádio Timbira em razão d morte de João Evangelista no comício de Ademar de Barros em 03/08/1950*⁷⁰. Ainda podemos destacar o vereador Reginaldo Telles, que segundo BUZAR (2001, 282) era um jovem poeta, juntamente com Floriano Teixeira, Antonio Luis Oliveira, Luis Carlos Belo Parga, entre outros.

Levando-se em consideração seu prestígio social, um apoio importante à paralisação foi à adesão dos odontólogos à causa opositorista, embora não possuíssem, no momento, um sindicato constituído. Depois de uma reunião com seus pares, os odontólogos de São Luis divulgaram uma nota à sociedade, através do serviço de alto-falante “A Voz da Liberdade”⁷¹ comunicando ao público a sua resolução de também entrar em greve⁷². Como resultado disso, houve a paralisação dos serviços deste setor da saúde. Apesar deste apoio formal, não há registros de como se deu a efetiva participação desta classe durante o período de efervescência da “Greve de 51”.

⁶⁹ RIBEIRO, Paulo Roberto Rios. “A revolução deu marcha à ré”. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. Dissertação (Mestrado em História). 2001, p.33

⁷⁰ Id Ibid.

⁷¹ Sistema de som montado no “Largo do Carmo”, onde a população ludovicense se aglomerava para ouvir os discursos dos líderes das “Oposições Coligadas”.

⁷² Jornal O Imparcial, 04/03/51, p. 05.

3.3 As elites e a “Greve de 51”

Ao falarmos em elites neste trabalho, usaremos a concepção do historiador José Murilo de Carvalho, que entende que a elite dominante está diretamente implícita no quadro político de nosso país e por ter vários interesses dentro da máquina estatal, acaba montando e patrocinando candidaturas de candidatos que fazem parte de seus quadros. Ao eleger seus candidatos, esta elite acaba recebendo uma série de incentivos governamentais os mais variados, como por exemplo, isenções fiscais, monopólios comerciais, entre outros. Tal pensamento se coaduna perfeitamente ao quadro político-partidário maranhense do início dos anos 50, onde interesses privados e públicos se confundiam claramente.

Aquele candidato que vencesse a disputa eleitoral deveria atender aos anseios da classe empresarial da qual fizesse parte e tivesse financiado sua candidatura. O candidato Eugênio Barros daria um apoio maior à categoria dos industriais do interior do estado. Saturnino, por sua vez, daria apoio aos empresários situados em São Luís.

A Associação Comercial do Maranhão – ACM, desde a sua fundação, sempre exerceu um papel de liderança do empresariado maranhense, centralizando os seus interesses econômicos e se colocando como porta-voz junto às autoridades governamentais. A relação levada a efeito pela Associação com os governantes, ao logo do tempo, nunca foi uniforme, mas caracterizada, em vários momentos históricos, pela instabilidade e pelos desacordos.⁷³

Ciente dessa situação e preocupada com as perdas que essa Greve causaria às classes empresariais, denominadas de classes produtoras do Estado, a Associação Comercial tentou encontrar uma maneira conciliatória para resolver a situação. Foram mantidos contatos com lideranças de ambos os lados, tanto do Vitorinismo, quanto da oposição, na figura do Deputado Federal Clodomir Milet. Mas acabaram não chegando a um consenso, pois quando a fórmula conciliatória estava sendo alcançada, alguém, seja liderança vitorinista, ou os populares que estavam concentrados no Largo do Carmo, acabavam vetando a solução.

⁷³ RIBEIRO 1997, 56

Como reflexo de uma formação altamente heterogênea, com simpatizantes das duas facções, tanto vitorinistas, quanto oposicionistas, houve um cisão na Associação Comercial Maranhense. E não tendo a certeza de qual seria o vencedor da disputa, o empresariado não apoiou majoritariamente nem um dos dois grupos.

Acerca disso vejamos o que diz RIBEIRO (1997, p. 56)

A natureza intrínseca da “Greve de 51” mostra uma Associação Comercial dividida entre os interesses dos dois grupos políticos que disputavam o controle da máquina oficial. Seu Presidente, Arnaldo de Jesus Ferreira ocupava o cargo de Presidente do Banco do estado do Maranhão, ao passo que outros membros eram partidários confessos e militantes das “Oposições Coligadas”.

Essas reuniões se deram num clima bastante acalorado, onde havia bastantes discussões, e em algumas vezes, empresários no ápice das discussões, quase chegando às vias de fato. Esse fato só pôde ser constatado após o relato de uma viúva de um dos diretores da Associação Comercial do estado no biênio 51-54, a Sr^a. Dalva Lopes Costa⁷⁴, que nos asseverou:

Olha meu filho, dessa Greve eu me lembro pouco, mas is em algumas reuniões com o meu marido. Nesses dias de reunião o negócio pegava fogo. A discussão era muito forte entre os associados. Tinha apoiadores dos dois lados: do Vitorino e da oposição. Tinha vezes que associados iam quase aos tapas. Era um horror. Me lembro muito bem disso.

A participação dos empresários ficou restrita às reuniões que se realizavam no auditório da Associação Comercial do Estado. Eles não compareceram às manifestações realizadas No Largo do Carmo, nem mesmo os defensores e partidários das “Oposições Coligadas”. Reginaldo Telles nos afirmou que:

Rapaz, não me lembro de ter visto ninguém das classes produtoras empresárias durante as manifestações na João Lisboa. Pelo que me lembro eles fizeram inúmera reuniões no prédio da Associação Comercial. Não vi nem mesmo os que juravam que apoiavam a gente.

⁷⁴ Entrevista concedida por Dalva Lopes Costa, ao Autor, em 19.09.2005

No processo de escolha do candidato Saturnino Belo dois quesitos pesaram muito: o fato de ele ter rompido com o Vitorinismo e toda a simbologia que isso representava e o fato dele como empresário, contar com o apoio e financiamento de sua classe para a Campanha de 1950, que segundo o vereador Reginaldo Telles, era, já naquele período cara e dispendiosa.

TELLES (2005) no relatou ainda mais sobre este processo:

As Oposições apresentavam o Satu. E o Satu Belo era uma pessoa bem relacionada, estimada na cidade. Mas se você fosse apurar, exatamente, você veria que a classe era muito semelhante a dele que ele pertencia aos grandes industriais da época. A Fábrica da Camboa pertencia a ele e seus sócios. Ele, o Satu, tinha recursos, poder econômico e condições assim de custear uma eleição, que uma eleição assim custava caro.

Os vereadores da oposição, apesar de comporem a expressa maioria da Câmara Municipal, não visitaram os bairros da capital, fazendo um discurso de conscientização da população. Esse papel coube às lideranças populares em conjunto com as lideranças políticas de maior vulto das oposições. (TELLES, 2005)

Os vereadores não se reuniram, nos bairros, por exemplo, no João Paulo, no Cavaco. Isso aí que fazia eram as lideranças populares, como por exemplo, o Neiva Moreira, juntamente com as lideranças políticas dos partidos. Não havia isso assim.

Durante as manifestações, os vereadores participavam das atividades realizadas no Largo do Carmo. Se deslocavam para lá após o término das sessões que eram realizadas pela manhã, e na maioria das vezes faziam até discursos. Mas não agiram como os líderes do movimento, foram muito mais figuras secundárias.

Na visão de Reginaldo Telles, a participação foi compulsória, devido ao fato da Praça João Lisboa ficar nas proximidades da Câmara Municipal. (TELLES, 2005)

Após terminarmos nossas atividades na Câmara Municipal, que ficava onde funciona hoje a Prefeitura agente ia para a Praça João Lisboa acompanhar as manifestações, e às vezes até alguns

usavam os microfones da “Voz da Liberdade”. Mas os vereadores não estavam funcionando no conjunto das lideranças no movimento. Os vereadores apoiaram o comando inclusive por que o QG era na residência da Vereadora Maria Machado. Por isso acho que essa participação foi compulsória.

Durante o período de efervescência na capital maranhense, reinou a calma na Câmara Municipal, onde as matérias eram postas em pauta e aprovadas sem maiores problemas, visto que o Prefeito Edson Brandão possuía maioria esmagadora no Legislativo Maranhense. Dos onze vereadores, contava com o apoio de dez.

Por sua vez, as reuniões realizadas no Palácio Bequimão, aconteciam sob clima de muita tensão, visto que o Governador possuía maioria apertada na Assembléia Legislativa. Qualquer matéria, por mais banal que fosse, enfrentava dificuldades para ser aprovada. Para TELLES (2005):

Os vereadores iam durante a Greve para a Câmara votar as matérias de importância, e o clima era de calma e a maioria esmagadora apoiava o prefeito, sem não me engana, o Édson Brandão, que não tinha dificuldades de aprovar o que queria. Já na assembléia era a pau. a oposição era muito forte na Assembléia. Conseguia polarizar com o Governo. Para passar uma materiazinha qualquer, dava o maior trabalho para o Governador.

Outro dado importante foi o fato das lideranças oposicionistas “bancarem” as refeições dos manifestantes, durante os dias de paralisação. Essa ajuda veio a somar aos donativos arrecadados nos “Bandos Precatórios” e aos comitês de alimentação montados por algumas entidades sindicais. Segundo TELLES (2005):

Durante os dias da Greve as lideranças das “Oposições Coligadas” conseguiram as alimentações para os manifestantes. É claro que isso não dava para todo mundo. A essa ajuda se somava os donativos dos “Bandos Precatórios” e aos comitês de comida montados por alguns sindicatos da Ilha como o Sindicato dos Estivadores, que tinha sal central de alimentação.

Reginaldo Telles relembra que o movimento paredista foi frustrado, por que ele queria impedir a posse de Eugenio Barros e queria que o vice Antenor Bogéa assumisse o cargo. Ele afirma na entrevista que a Intervenção Federal não era

uma questão de primeira ordem e que eles não almejavam isso, o que contraria a bibliografia existente acerca da temática. A lição que ficou do movimento foi a seguinte: o povo quando se mobiliza tem força para mudar as realidades mais adversas. (TELLES, 2005).

Na verdade, o movimento foi frustrado, por que queria impedir a posse de Eugenio e queria que o vice, o Antenor, e que houvesse a complementar, que não houve. Diante do impasse a oposição chegou até a apoiar a Intervenção desde que o Eugenio não assumisse ficou pra gente a lição que o povo realmente mobilizado ele é capaz de sensibilizar.

As “Oposições Coligadas” fizeram uso de um discurso populista, no qual afirmava ganhos materiais à população ludovicense. Em 1º de setembro de 1951, o Jornal do Povo fez um balanço dos benefícios obtidos com a “Greve de 51” e seus desdobramentos, de onde destacamos o seguinte: luz e água para os bairros proletários, serviços de terraplanagem feitos pela prefeitura, em vários subúrbios da capital; terraplanagem da Vila Macaúba, onde as famílias residiam sobre a lama pútrida (palafitas); trabalho em obras públicas, por parte da enorme legião de desempregados, que segundo levantamento feito pelo prefeito sobem cerca de 2 mil⁷⁵. Sobre esta notícia, TELLES (2005) nos relata o seguinte:

Até antes da Greve São Luís estava esquecida. Nenhum prefeito fazia nada. A cidade estava esquecida. Logo depois da Greve, a Prefeitura começou a trabalhar em alguns pontos. Arrumaram algumas ruas no Cavaco, no Areal e na feira do João Paulo deram uma arrumadinha. Me parece que arrumaram a macaúba, também. Mas tudo isso foi feito por receio dos prefeitos que se sucederam por terem ficado com medo da população se rebelar de novo. (TELLES, 2005).

As “Oposições Coligadas” esperaram demasiadamente em uma decisão no campo da legalidade e sabiam claramente que corriam o risco de serem novamente derrotados na Justiça Eleitoral, desta vez, no Tribunal Superior Eleitoral, dado o poder de influência do Senador Vitorino Freire junto ao poder Central. Essa nova derrota arrefeceu o ânimo das lideranças oposicionistas. Ainda foi tentada a manutenção da Greve por mais alguns dias, mas não tinha

⁷⁵ Jornal do Povo, 01/09/1951, p. 1. Também RIBEIRO, 1997, 55-56.

mais sentido, pois o Eugênio de Barros já tinham assumido o Executivo Estadual. Segundo TELLES (2005):

Passou na cabeça dos líderes da oposição que poderíamos ter uma noiva derrotas, pois todo mundo sabia que a Presidência era do Vitorino. Todo mundo sentiu que ele tava articulando a diplomação do homem. Ele era próximo do Presidente e da República e do ex - presidente, o Eurico Gaspar Dutra. Nós ainda agüentamos um pouco a Greve, mas não era possível sustentar. Depois disso ele manteve a Greve, mas não adiantava. Já tinha havido uma decisão do Superior Eleitoral. E ele assumiu e pronto.

Para visualizarmos o nível de subordinação do Poder Judiciário no Maranhão, podemos usar uma citação do empresário Mário Flexa, contido no Livro Vitorinistas e Oposicionistas, de autoria de Benedito Buzar. Ei-la:

O PSD sempre ganhava as eleições no Maranhão porque tinha consigo os juizes eleitorais, via de regra, amigos do governo, que eram bem-tratados e recompensados pelos favores concedidos. Além dos juizes, revela outros fatores decisivos para o sucesso do vitorinismo: dinheiro, máquina administrativa, cargos públicos e vantagens materiais, que as oposições não poderiam oferecer aos chefes políticos.

4 Considerações Finais

Os anos 50 encontram a cidade de São Luís enfrentando uma estagnação econômica. Os serviços públicos eram precários e havia constantes majorações de preços na cesta básica, dificultando assim a sobrevivência das classes trabalhadoras ludovicenses, que habitavam as áreas menos valorizadas da cidade, isto é, os bairros mais afastados, daqueles surgidos próximos às áreas nobres do centro e velhos casarões da Praia Grande transformados em cortiços.

Os bairros periféricos, entre os quais, Lira, Camboa, Cavaco, João Paulo, entre outros, estavam totalmente carentes de Política Governamentais: inexistia asfaltamento ou calçamento nas principais vias de acesso a essas localidades. Iam ao espaço privado grande parte das casas não possuíam água encanada e uma rede de esgotos. Para piorar a situação, a maioria das casas eram construídas à base de taipa, bairros e cobertas por palhas de babaçu ou carnaúba, o que demonstra o grau de pauperização de boa parte da população ludovicense.

Observando esse total descaso do Poder Público, tanto na esfera municipal, quanto na estadual, podemos entender por que os populares se envolveram com tanto afinco neste movimento paredista. Alguns populares chegaram a passar o dia todo nas manifestações no Largo do Carmo; outros iam para lá após o seu expediente normal de trabalho.

Na visão de parte dos trabalhadores, o movimento paredista não foi vitorioso devido a diversos fatores, entre os quais: a falta de um plano de governo das Oposições Coligadas para um momento posterior à tomada de poder e à falta de austeridade do Poder judiciário no tocante à decisão do litígio eleitoral.

As Oposições almejavam chegar ao poder, e isso significaria subsidiariamente colocar as mãos nos cargos da Administração dos Executivos Estadual e Municipal. Mas afirmou que a oposição não possuía um plano para áreas estratégicas do Serviço Público, como por exemplo, a saúde e a Educação.

A “Greve de 51” teve dois pontos importantes. O primeiro foi o fato de que pela primeira vez, a oposição, nesse período, conseguiu ter forças para lutar contra o aparato estatal de um grupo oligárquico – O Vitorinismo – que desde 45 vinha dominando o Maranhão sendo contestado pela população; o segundo é o fato de que pela primeira vez a sociedade maranhense, em especial a da capital por ser mais politizada e de certa forma independente dos “currais eleitorais”, manifestou ser contra este aparato de grupos oligárquicos maranhenses.

Após o término da “Greve de 51”, podemos observar uma maior atenção dos prefeitos subseqüentes, no tocante à efetivação de políticas governamentais nos bairros afastados do perímetro central da capital. Começaram a asfaltar e calçar boa parte das ruas e instalar uma rede de esgotos, tarefa esta implementada com o auxílio do Executivo Estadual.

Vale ressaltar que, as “Oposições Coligadas” usaram técnicas simbólicas, como “cravar” na toponímia urbana a história do movimento oposicionista, para “bloquear” o trabalho de esquecimento por meio da construção de suportes da memória coletiva. Para realizar esse projeto de intervir na toponímia da capital, as Oposições contavam com o controle da Câmara Municipal, onde dos onze vereadores eleitos nas eleições de 1950, dez eram de partidos de oposição.

Passados mais de 50 anos da “Greve de 51”, podemos observar que o movimento está ainda bem vivo na mente das pessoas que viveram o período, mas é um fato desconhecido das gerações mais novas, tendo ficado como principal lembrança deste momento histórico a alcunha de “Ilha Rebelde”.

5 REFERÊNCIAS

a) Livros

ARAGÃO, Maria. **A Razão de uma vida** (depoimentos colhidos por Antônio Francisco). São Luís: SIOM, 1989, 242 p.

ARROYO, Miguel. **Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens**. São Paulo. Vozes, 2005. 242 p.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. S.Paulo. T.A. Queiroz, 1979

BRITO, Marilza. **Memória e cultura: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil**. Rio de Janeiro, 1989 (Caderno da Memória da Eletricidade: n.1)

BUZAR, Benedito. **O Vitorinismo: lutas políticas no Maranhão (1945 a 1968)**. São Luís: Lithograf, 1998. 527p

_____. **Vitorinistas e Oposicionistas**. São Luís. Lithograf, 2001. 437 p.

BUZAR, Benedito. **A Greve de 51: Os trinta dias que abalou São Luís**. São Luís: Alcântara, 1983. 186p

_____. **O Vitorinismo: lutas políticas no Maranhão (1945 a 1968)**. São Luís: Lithograf, 1998. 527p

DEBERT, G.G. Problemas relativos à utilização da história oral de vida e história oral. In: AMADO, J.; FERREIRA, M.M. Usos & abusos da história oral. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. 304 p.

FERREIRA, Sueli Mara S.P. ; KROEFF, Márcia. **Referências bibliográficas de documentos eletrônicos**. São Paulo: APB, 1996. 2 v. (Ensaio APB, n. 35-36).

GALEANO, Eduardo. **Bocas do Tempo**. São Paulo. L&pm 1991. 189p.

GREVE DE 51. **O mundo em notícias**. Rio de Janeiro. Filme documentário produzido pela Companhia Aérea Transbrasil, 1951

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo. Vértice. Editora revista dos Tribunais, 1990.

HOBSBAWM, Eric J. **Os trabalhadores: estudos sobre a História do Operariado**. 2.ed.São Paulo:Paz e Terra,2000.445p.

Jornal do Povo. São Luís, 01 de setembro. 1951, p.1

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Cultura. Centro de cultura Popular Domingos Vieira Filho. **Memória de Velhos**. Depoimentos: Uma contribuição à memória oral da cultura popular maranhense. São Luís: Lithograf, 1997. v. 2; 1999, v.5.

MATTOS, Hebe Maria e Rios, Ana Lugão. **Memórias do cativo**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005

MONTENEGRO, Antonio torres. **História Oral e Memória**. São Paulo. Contexto, 2001. 153p

MOREIRA, Neiva. **Um depoimento a José Louzeiro: o pilão da madrugada**. Rio de Janeiro: Terceiro Mundo, 1989. 416p

POLLACK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, 1992, p. 23

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. **“Entre a Destruição e a Preservação”**. In: SCCHIAVO, Cleia & ZETTRL, Jayme (coord.). **Cultura, Memória e Cidade**. Rio de Janeiro, EDUERJ, 1997.

SCHWARZSTEIN, Dora. **História Oral, memória e histórias traumáticas**. In: “HISTÓRIA ORAL: Revista da Associação Brasileira de História Oral, n. 4, jun. 2001. São Paulo: Associação Brasileira de História Oral

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Biblioteca Central. **Normas para apresentações de trabalhos: referências bibliográficas**. 6. ed. Curitiba, 1996. v. 6.

VELHO, Gilberto. **Memória, Identidade e projeto. Uma visão antropológica**. Ver. TB, Rio de Janeiro, 1998. p. 34

b) Dissertações e Monografias

COSTA, Wagner Cabral da . **Sob o Signo da Morte: decadência, violência e tradição em terras do Maranhão**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, 2001

LISBOA, Marlene Adelina Costa. **Em torno da fábrica: o cotidiano da fábrica do Rio Anil**. 1997. Monografia (Graduação) - História, Departamento de História e Geografia, UEMA, São Luís, 1997. p. 52

RIBEIRO, Paulo Roberto Rios. **“Greve de 51”**: mito ou verdade? São Luís: Universidade Federal do Maranhão. Monografia. Curso de História. 1997, 108p.

_____. **“A revolução deu marcha à ré”**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. Dissertação (Mestrado em História). 2001.

SOUZA NETO, Hélio Marinho de. **As chamas do poder**: uma análise sobre os incêndios que eclodiram nos bairros proletários de São Luís na década de 50. Monografia de conclusão de curso de graduação em História. São Luís: UFMA, 2003.

c) Sites e Banco de dados

COSTA, Wagner Cabral da. **A raposa e o canguru**: crises políticas e estratégias periféricas no Maranhão (1945-1970). Disponível em: <www.unicamp.br>. Acesso em: 12 mar. 2004.

MORAES, O. R. **Memória, Cultura e Poder na Sociedade do Esquecimento**. Net, Pará, 2000. Revista Margens Virtuais. Disponível em: <http://www.angelfire.com/>. Acesso em 10 out. 2005.

d) Entrevistas

ARAÚJO, Maria Custódia (professora aposentada). **Entrevista concedida ao autor em 18.12.2002**

BARROS, José Evandro. **Entrevista concedida a Benedito Buzar**. In: BUZAR, Benedito. **50 anos da greve de 51**. São Luís: Lithograf, 2001. 108p.

BARROS, Graça (operária tecelã). **Entrevista concedida ao autor em 19.12.2003**

CASTRO, José Paulo (feirante). **Entrevista concedida ao autor em 19. 09.2005**

COSTA, Dalva Lopes. (dona-de-casa e viúva do ex-diretor Gentil Lopes Costa, da Associação Comercial do Estado). **Entrevista concedida ao autor em 19. 09.2005**

CUTRIM, Raimundo Nonato (barbeiro). **Entrevista concedida ao autor em 10.08.2005**

DINIZ, Valdelina (esposa de um tirador de caranguejo). Entrevista concedida ao autor em 27. 12.2004

FERNANDES, José Santos (pescador). **Entrevista concedida ao autor em 22.05.2003**

FERREIRA, José Raimundo (carroceiro). **Entrevista concedida ao autor em 14.12.2003**

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande (professora universitária). **Depoimento concedido ao autor em 11.12.2003**

LINDOSO, Brás (sapateiro). **Entrevista concedida ao autor em 19.12.2003**

MELÔNIO, Apolônio. (estivador). **Entrevista concedida ao autor em 22.11.2002**

PEREIRA, Marcelino da Silva Pereira (curtidor). **Entrevista concedida ao autor em 07.12.2003**

REIS, Adriano, (padeiro). **Entrevista concedida ao autor em 19.07.2005**

SOUSA, Agostinho Adriano. (vendedor de laranjas). **Entrevista concedida ao autor em 03.09.2005**

SOUSA, Agostinho. (pescador). **Entrevista concedida ao autor em 26.12.2003**

SOUSA, Maria das Dores (tecelã). **Entrevista concedida ao autor em 19.12.2003**

TELLES, Reginaldo (jornalista e ex-vereador). **Entrevista concedida ao autor em 10.11.2005**

e) Jornais

Diário Popular. São Luís. 03 de outubro. 1951. p.01

O Combate. São Luís, 05 de março. 1951, p.02

_____. São Luís, 24 de fevereiro. 1952, p.03

_____. São Luís, 24 de fevereiro. 1952, p.04

_____. São Luís, 24 de fevereiro. 1952, p.04

O Imparcial. São Luís, 04 de março. 1950, p.05

_____. São Luís, 21 de março. 1950, p.03

_____. São Luís, 21 de março. 1950, p.04

_____. São Luís, 04 de março. 1951, p.05